



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
NO AMAZONAS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2013

MARÇO/2014



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
NO AMAZONAS**

ROL DE RESPONSÁVEIS

053.422.012-68 – JOÃO FERDINANDO BARRETO

Rua Nova Olinda, nº 17 Coroado – CEP 69082-000

Cargo: Superintendente Federal de Agricultura no Amazonas

Período: 01/JAN/2013 a 31/DEZ/2013

Designação: Portaria de 02/JUN/2011 – Publicação D O U – 03/JUN/2011

452.775.912-49 – GUILHERME DE MELO PESSOA

Rua Albano Melo, nº 24 n- Conj. Shangrilá 3 – Parque 10 – CEP 69054-719

Cargo: Substituto do Superintendente Federal de Agricultura no Amazonas

Designação: Portaria nº 571 de 05/AGO/2009

Período: 13/FEV/2013 a 22/FEV/2013



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO
AMAZONAS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2013

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborada de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nºs 63/2010 e 72/2013, das Decisões Normativas nºs 127 e 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
NO AMAZONAS

Apresentação

A Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas, elaborou o presente Relatório considerando as disposições das Instruções Normativas TCU n^{os} 63/2010 e 72/2013, das Decisões Normativas TCU n^{os} 127e 132/2013 e da Portaria TCU n^o 175/2013.

O Relatório de Gestão do Exercício de 2013, mostra de modo claro e objetivo os resultados de atividades e ações executadas nos setores técnicos e administrativos da Superintendência, compreendendo defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária; fomento e desenvolvimento de pessoas, bem como de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira de recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e ainda, aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

O quadro de servidores da Superintendência, incluindo fiscais federais agropecuários e servidores de apoio técnico e administrativos não é o adequado, tendo reflexos diretos na quantidade de produtos fiscalizados, bem como na qualidade das fiscalizações, e ainda nos serviços realizados no âmbito interno. Entretanto, há que se reconhecer obtenção de avanços nas atividades e ações desenvolvidas, pressupondo, também, melhoria no processo de gestão.

Cabe enfatizar que no exercício de 2013, precisamente no final do mês de setembro, esta Superintendência teve suas instalações físicas danificadas em grande parte, provocadas por forte vendaval, com ventos de aproximadamente 100 km/hora, com isso, ficando impossibilitada de executar suas atividades a contento por mais de dois meses, com reflexos negativos na prestação de serviços tanto na área técnica como na área administrativa.

O Plano Estratégico é corporativo do Ministério da Agricultura, como um todo, e as avaliações estarão contempladas no Relatório da sede, em Brasília.

Alguns quadros da Portaria TCU n^o 150/2012, não constam deste Relatório por não se aplicarem a esta Unidade e/ou alguns, por não terem realizações no exercício. A.1.1.2; A.1.1.3; A.1.1.4; A.2.2.1; A.2.2.2; A.2.2.3.3; A.2.2.3.4; A.3.3.2; A.3.3.3; A.3.3.4; A.4.1.1; A.4.1.2.1; A.4.1.3.1; A.4.1.3.3; A.4.2; A.5.2; A.4.5.4; A.4.6.1.1; A.4.6.2.1; A.4.6.2.2; A.4.6.2.3; A.4.6.2.4.1; A.4.6.2.4.2; A.4.6.2.5.1; A.4.6.2.5.2; A.4.6.2.6; A.4.6.2.7; A.4.6.2.8; A.4.6.2.9; A.4.6.2.11; A.4.7.1; A.4.7.2; A.5.1.5.2; A.5.1.5.4; A.5.2.1; A.5.2.2; A.6.3; A.7.1; A.9.1.1; A.9.1.2; A.9.2.2; A.9.5; A.11.2.1; A.11.5.1; A.11.5.2

Em síntese, as informações constantes deste Relatório mostram o desempenho e alcance dos objetivos propostos nos Planos de Trabalho planejados.

SUMARIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	7
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	7
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	7
QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	7
1.2 Finalidades e Competências Institucionais da Unidade	8
1.3 Organograma Funcional.....	9
1.4 Macroprocessos Finalísticos	12
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	12
1.6 – Principais Parceiros.....	13
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	14
2.1 Planejamento da Unidade	14
2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	15
2.2.3 Ações.....	15
2.2.3.1 Ações - OFSS.....	15
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS.....	15
A.2.2.3.2 AÇÕES/SUBTÍTULOS - OFSS.....	47
Quadro A.2.2.3.2 – AÇÕES/SUBTÍTULOS - OFSS	47
2.2.3.5 – Análise Situacional.....	51
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão.....	51
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	52
3.1 Estrutura de Governança.....	52
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	52
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	53
3.4 Sistema de Correição	55
3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	55
3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.	55
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	55
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	55
QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	55
4.1.3 Realização da Despesa	55
4.1.3.2. Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos Originários – Executados diretamente pela UJ.....	55
Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ	56
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	57
4.1.3.5 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	58
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação	58
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	59
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	59
4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa.....	59
4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	60
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	60
4.4. Transferências de Recursos.....	60
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no exercício.	60

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	60
4.4.2 Qualidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	61
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	61
4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	61
Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	61
4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	62
Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	62
4.5 Suprimentos de Fundos	63
4.5.1 Suprimentos de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.	63
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	63
4.5.1 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	63
Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	63
4.5.1 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos.....	63
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	63
5.1 Estrutura e Pessoal Da Unidade.....	64
5.1.1 Demonstração da força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	64
5.1.1.1 Lotação	64
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	64
5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.	64
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	64
5.1.1 Qualificação da Força de Trabalho	65
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções	65
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	65
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade.	65
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	66
Situação apurada em 31/12.....	66
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade	66
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12.....	66
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	67
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	67
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	68
5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	68
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	68
5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.	68
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	68
5.1.5. Cadastramento no Sisac	69
5.1.5.1 Atos sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	69
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	69
5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC	69

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	69
5.1.6 Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	70
5.1.7 Providências adotadas nos casos de Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos.....	70
5.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	70
5.2 Terceirização de Mão de Obra empregada e Contratação de Estagiários.....	70
5.2.1 Informações sobre contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	71
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	71
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	71
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	71
5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.....	73
Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários.....	73
6.GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	73
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	73
6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	73
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	73
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	74
6.2.2 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	74
QUADRO A.6.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	74
7 Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	74
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	74
7.1.1 Análise Crítica.....	74
8 Gestão Do Uso Dos Recursos Renováveis E Sustentabilidade Ambiental.....	74
a. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	74
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	75
a. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	76
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	76
9.3 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	76
9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	76
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	76
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	77
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações.....	77
9.4 Alimentação SIASG e SICONV.....	77
Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	77
10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	78
11 NFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	79
11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	79
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	79
11.2.2 Declaração com Ressalva.....	79
Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	79

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: EXECUTIVO			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas			
Denominação Abreviada: SFA/AM			
Código SIORG: 2800	Código LOA:	Código SIAFI: 130090	
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			CNPJ: 00396895/0015-20
Principal Atividade: Agropecuária			Código CNAE: 7490-1/03
Telefones/Fax de contato:	(092) 4009-3800	(092) 4009-3801	(092)4009-3805
Endereço Eletrônico: gab-am@agricultura.gov.br			
Página na Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Maceió, 460 – Adrianópolis – Manaus/Amazonas – CEP 69057-010			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Portaria Ministerial nº 428 de 9 de junho 2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.127, de 4 de agosto de 2010			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

1.2 Finalidades e Competências Institucionais da Unidade

Conforme estabelece o Regimento Interno, Portaria Ministerial nº 428 de 9 de junho de 2010, a Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, consoante orientações técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações nas áreas técnicas e administrativas, como:

- Defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária;
- Fomento e desenvolvimento agropecuário;
- Assistência técnica e extensão rural;
- Infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- Produção e comercialização de produtos agropecuários;
- Administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- Planejamento estratégico e planejamento operacional;
- Programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- Qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- Aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

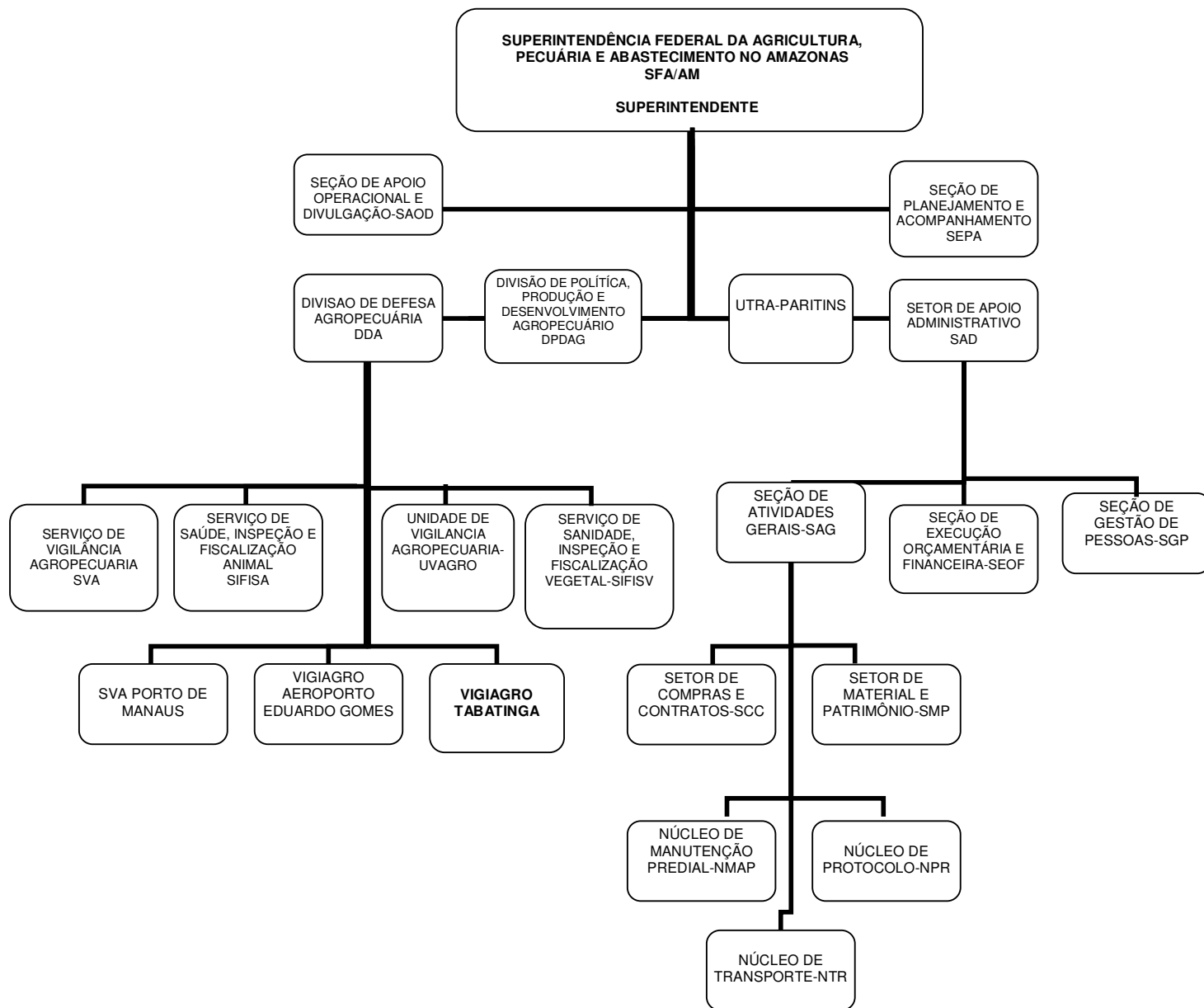
No Amazonas, todas as ações e atividades executadas pela Superintendência Federal de Agricultura, estão integradas num contexto de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

A Gestão Estratégica concilia as políticas públicas com as demandas do agronegócio visando melhorar a competitividade do setor. Seu fundamento é oferecer condições para que o Brasil alcance e consolide a posição de líder mundial no agronegócio, atendendo paralelamente, às necessidades e exigências do mercado interno e a segurança alimentar da população brasileira.

Entre os objetivos estabelecidos está à busca da excelência administrativa, garantindo maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio e o fortalecimento e harmonização do setor, coordenando e promovendo a igualdade entre os atores envolvidos.

1.3 Organograma Funcional

Organograma da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010.



Competências

1. **A Seção de Apoio Operacional e Divulgação** compete promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto a apoiar o titular da SFA/AM; promover atividades de comunicação visual; auxiliar e adequar às informações, bem como distribuir publicações e materiais audiovisual para os parceiros do agronegócio; manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, em todas as esferas, e de instituições relacionadas às competências da SFA/AM; providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, observadas as instâncias de competências; coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática e consolidar dados e compor o Relatório de Gestão.
 2. **Seção de Planejamento e Acompanhamento** compete promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA; promover o processo de gestão operacional, quanto à internalização do Plano Plurianual e orientação e acompanhamento de execução das ações constantes do Plano Plurianual; elaboração e consolidação do plano operativo anual; elaborar relatórios, periódicos e anuais, referentes à programação e ao monitoramento das execuções das ações; acompanhar auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações físico-financeiras das ações desempenhadas pelos setores administrativos e técnicos desta Unidade; consolidar dados e compor o Relatório de Gestão.
 3. **À Divisão de Defesa Agropecuária, compete:** coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de: vigilância zoossanitária e fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais; fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários e de materiais biológicos de uso na agropecuária; educação sanitária para defesa agropecuária; fiscalização da produção, importação, exportação e comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de sementes e mudas, de produtos de uso veterinário, de alimentos para animais, de sêmen animal e de embriões de animais, bem como dos respectivos estabelecimentos produtores, fabricantes, fracionadores, processadores, manipuladores ou beneficiadores; fiscalização de estabelecimentos rurais em que tenham sido constatadas violações ao uso de produtos e ou substâncias controladas e monitoradas, em produtos de origem animal ou vegetal; fiscalização e controle da classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.
- **Ao Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA)**, compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de saúde animal, de inspeção de produtos de origem animal e de fiscalização de insumos pecuários.
 - **Ao Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal (SIFISV)**, compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de sanidade vegetal, de inspeção de produtos de origem vegetal, de fiscalização de insumos agrícolas.
 - **Aos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária**, localizados em portos, aeroportos internacionais, postos de fronteira e aduanas especiais, compete: executar as atividades de fiscalização agropecuária; examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional.; aplicar medidas de apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados; expedir certificados sanitários e fitossanitários, para

a exportação de animais vivos, vegetais, partes de vegetais, produtos e derivados de origens animal e vegetal e de materiais de multiplicação vegetal e animal, quando previamente autorizados;

- 4. Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário compete:** promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário; orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas; orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com: a) registro genealógico, incluindo provas zootécnicas e avaliações genéticas; b) competições e demais atividades turfísticas e hípcas; c) credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC; d) cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação; e) atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG; f) dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica; estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de: a) cooperativas e instituições associativas rurais; b) cadeias produtivas do agronegócio; c) empresas e produtores de sementes e mudas; d) empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não; e) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários; e f) certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária; promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários
- 5 Ao Serviço de Apoio Administrativo,** abrange todo o setor operacional, compete: coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais; orientar e acompanhar: procedimentos licitatórios; preparação e formatação de contrato, ajuste e demais instrumentos de parcerias; alienação de bens móveis; execução físico-financeira de convênio, ajuste, contrato, e demais instrumentos de parceria, emitindo parecer técnico; e atividade-meio e de execução orçamentária e financeira, junto às Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA/MAPA.
- 5.1 À Seção de Atividades Gerais** compete: promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância;
- 5.1.1 Ao Núcleo de Manutenção Predial** compete: acompanhar e controlar a execução de serviço prestado para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis; realizar ações preventivas para garantir a segurança das condições de uso dos bens imóveis;
- 5.1.2 Ao Setor de Compras e Contratos** compete: promover: apoio operacional e administrativo à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao pregoeiro da SFA; providências requeridas para a formalização de compra ou de contrato de prestação de serviço e de execução de obra; acompanhar os prazos de vigência dos contratos; manter registros dos contratos firmados e gerar cronogramas no SIASG;
- 5.1.3 Ao Setor de Material e Patrimônio** compete: controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido; classificar, registrar e controlar bens de consumo, elaborando

demonstrativo contábil; proceder à redistribuição de bens de consumo; manter: documentação relativa ao almoxarifado da Superintendência Federal, organizada e atualizada; manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis da Superintendência Federal; executar os procedimentos de alienação de bens móveis;

5.1.4 Ao Núcleo de Protocolo compete: receber, distribuir e expedir a documentação corrente; classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas, com lançamento no Sistema SIGID; sistematizar, recuperar e prestar informações relativas ao trâmite documental; receber e expedir malotes;

5.1.5 Ao Núcleo de Transporte compete: manter sistema de controle de acompanhamento da utilização dos veículos; orientar os usuários dos veículos quanto aos aspectos da utilização e da direção defensiva dos veículos; promover recuperação, manutenção e revisão dos veículos; levantar e analisar custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis;

5.2 A Seção de Gestão de Pessoas compete: promover aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados lotados na SFA/MAPA;

5.3 A Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete: processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência Federal; executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema SIAFI; manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria;

1.4 Macroprocessos Finalísticos

- Cooperativismo e Associativismo Rural;
- Defesa Agropecuária;
- Desenvolvimento Agropecuário;
- Política Agrícola;

Cada Plano Interno (PI) tem um Coordenador Local, que se reporta tecnicamente ao Coordenador Nacional, lotado nas coordenações e departamentos da DAS (Secretaria de Defesa Agropecuária) em Brasília. As ações de todos PI's estão presentes do Plano Operativo Anual. Até o ano de 2012, o POA tinha formato determinado pelas coordenações e departamentos. A partir de 2013, houve unificação do formato, através da criação de um sistema de informação, o SGI. No Plano Operativo, podem-se encontrar todas as ações que serão desempenhadas ao longo do ano. Eventualmente, pode ser desempenhada outra atividade que não esteja contemplada no POA, principalmente as de caráter excepcional e imprevisível, bem como denúncias que cheguem ao conhecimento da SFA/AM. Como consolidação do que foi planejado através do POA, anualmente também, se confecciona o Relatório de Gestão, de forma a confrontar as ações previstas daquelas que foram efetivamente executadas.

1.5 Macroprocessos de Apoio

- Administração e Desenvolvimento de Pessoas;

- Logística e Serviços Gerais;
- Articulação Institucional e Política;
- Contabilidade Pública;
- Procedimentos Disciplinares;
- Interação com a Sociedade e Servidores;
- Assessoramento Jurídico;
- Comunicação Institucional;
- Documentação e Informação Agropecuária;
- Tecnologia da Informação.

Os macroprocessos de Apoio são conduzidos obedecendo às normas existentes, sobretudo à Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, onde constam todas as diretrizes que cada setor/seção deve obedecer. Baseado nessa norma, promove aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos; faz articulações com entidades públicas; instaura procedimentos administrativos disciplinares no âmbito de sua jurisdição; processa a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência; promove, acompanha e orienta a execução das atividades gerais da Superintendência.

As relações interdepartamentais são observadas de modo a garantir a satisfação do cliente interno através do fornecimento de informações específicas.

1.6 – Principais Parceiros

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas – SFA/AM, para a execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, conta com efetiva contribuição e/ou parceria de diversos órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e ainda da iniciativa privada.

São parceiros da SFA-AM no âmbito do governo federal: Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Ministério da Pesca e Aquicultura/Superintendência Federal no Amazonas, Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Superintendência da Polícia Federal no Amazonas, Polícia Rodoviária Federal no Amazonas, Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Ministério da Defesa – Tríplice Fronteira, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor – SIASS/INSS/AM, Ministério Público Federal no Amazonas, Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas, Secretaria de Feiras, mercados, Produção e Abastecimento, Advocacia Geral da União no Amazonas – AGU, Consultoria Jurídica da União no Estado do Amazonas – CONJUR-AM, Controladoria Geral da União no Amazonas – CGU-AM, Tribunal de Contas da União no Amazonas – TCU-AM, Pro, Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil, Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO-AM, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/AM e Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV-AM.

São parceiros da SFA-AM no âmbito do governo estadual: Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR, Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, Universidade Estadual do Amazonas – UEA, Agência de Fomento do Estado do Amazonas -

AFEAM, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Amazonas/Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – SECT/FAPEAM, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, Agência de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas – ADS, Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM, Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN, Ministério Público Estadual, Polícia Militar do Estado do Amazonas/Batalhão Ambiental e Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM.

São parceiros da SFA-AM no âmbito do governo municipal: Secretaria da Saúde do Município de Manaus, Secretaria de Produção, Abastecimento e Empreendedorismo do Município de Manaus, Prefeituras Municipais de Apuí, Alvarães, Anamá, Autazes, Barreirinha, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Caruarí, Castanho, Envira, Guajará, Itapiranga, Juruá, Lábrea, Manacapuru, Manicoré, Marã, Nova Olinda do Norte, Parintins, Rio Preto da Eva, Silves e Tefé.

São parceiros da SFA-AM no âmbito da iniciativa privada: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas – FAEA, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas – FETAGRI, CESCOOP/OCB-AM, Porto Chibatão, Porto Superterminais, Porto Seco Aurora, Porto Graneleiro da Hermasa no município de Itacoatiara, Porto da Empresa OCRIM em Manaus, Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AM, Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, Centro das Indústrias do Estado do Amazonas – CIEAM e Câmara Nipo-Brasileira

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da Unidade

As ações prioritárias de cada setor desta Superintendência são pré-estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, definidas pelas coordenações do órgão central, em consonância com as metas do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal. Os procedimentos são fundamentados nos decretos e legislações complementares, além de atos normativos publicados pelas secretarias e departamentos do MAPA.

A operacionalização do sistema de liderança desta Superintendência envolve diretamente o superintendente, o chefe da divisão técnica, os chefes dos setores, serviços e seções. Esses agentes desenvolvem ações que visam o bom andamento da gestão pela qualidade, atuando como multiplicadores dos programas, identificando pontos de estrangulamento e propondo correções.

A Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas, atua em conjunto com todos os Setores, através de sugestões, que visam atender com agilidade as expectativas dos clientes internos e externo

A área fim tem executado seus programas e ações com determinação e eficiência buscando sempre a qualidade de suas ações como resultado positivo a esta Unidade.

Na área administrativa há uma carência muito grande de pessoal em todos os setores. Os recursos descentralizados para manutenção fixa da Superintendência foram insuficientes para atender todas as necessidades desta Unidade, o que ocasiona prioridades de algumas ações e consequentemente inviabilizam outras.

Na área fim, como se vê nos demonstrativos dos quadros A.2.2.3.1 quase todas as metas foram cumpridas, e a descentralização de recursos, com algumas exceções, foram a contento. Algumas metas foram prejudicadas pelo número insuficiente de Fiscais Federais para desenvolver todas as atividades a ela pertinentes.

A área fim tem executado seus programas e ações com determinação e eficiência buscando sempre a qualidade de suas ações como resultado positivo a esta Unidade.

O Plano Estratégico é corporativo do Ministério da Agricultura, como um todo e as avaliações, estarão contempladas no Relatório da sede, em Brasília.

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações - OFSS

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	4716		Tipo:			
Título	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Gestão e Manutenção do MAPA		Código: 2105		Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.539.885,90	1.539.439,30	1.539.439,30	1.300.248,50	1.285.176,26	7.867,92	125.368,89
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Atender as demandas em 100%, envolvendo a Administração Geral desta Superintendência.			Un.	100%	-	100%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
125.368,89	109.815,87	35.752,49	Aplicação dos recursos 100%		Un.	100%

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

A Administração atingiu as metas, apesar das dificuldades por falta (mão-de-obra) de servidores na Superintendência, para atender as demandas administrativas como: aquisição de material, licitações, pregões etc.

Eventuais problemas

A Superintendência vem trabalhando com quadro reduzido de servidores, havendo situações onde os mesmos executam várias atividades ao mesmo tempo, dificultando com isto um melhor desempenho da SFA/AM. Enfatize-se, ainda, que no mês de setembro de 2013, houve forte temporal na cidade causando danos materiais às instalações físicas do Prédio da Superintendência, consequentemente refletindo negativamente nas atividades desempenhadas tanto internamente como externamente.

No setor de Compras e Contrato não tem chefia, o servidor trabalha sem gratificação, pois eram antigos servidores do BNCC; outro servidor, com origem do BNCC, está lotado no SEOF, trabalha 50% no SCC e 50% no SEOF.

No setor de transporte não há chefia, só existe uma portaria interna indicando que o servidor que é chefe do Setor de Manutenção Predial, possa responder como responsável, realizando todos os serviços de saída e entrada e veículo, disponibilizando as requisições de combustíveis, manutenção dos veículos em oficina, bem como as tarefas inerentes do setor do qual é chefe.

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	4738			Tipo:		
Título	Erradicação da Mosca da Carambola					
Iniciativa	012H- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais					
Objetivo	Promover a Sanidade na Agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas, doenças e fortalecendo as ações de controle e controle. Código: 0364					
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo:
Unidade Orçamentária	130090					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	20.724,55	20.630,13	20.497,46	17.785,99		700,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero (regionalizada).		ha	157.074.568			152.990.577
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
849,23	849,23					

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20QY		Tipo:			
Título	Apoio à Reestruturação e Implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). (Gabinete/SDA)					
Iniciativa	Coordenação, supervisão e apoio às instâncias intermediárias e locais e auditoria do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional Código: 0366					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo:	
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	3.748,00	3.631,71	1.931,71	1.931,71		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
(Regionalizada)						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

O Plano Operativo Anual/POA, programação 2013 para o cumprimento desta Meta 4 para a Ação de Erradicação da Mosca da Carambola, foi constituído das seguintes realizações:

1. Monitoramento da Mosca da Carambola nos municípios do Amazonas que se encontram na rota de risco de introdução da praga:

1. **Rota Rio Amazonas** (presença da praga no estado do Amapá)- Parintins; Nhamundá e Itacoatiara;
2. **Rota BR 174** (presença da praga no estado de Roraima)- Presidente Figueiredo e Manaus.

O monitoramento da *Bactrocera carambolae* é realizado com o uso de armadilhas Jackson e o paraferômonio Metil Eugenol como atrativo para o macho da praga. A frequência de inspeção é quinzenal para todos os municípios com exceção de Itacoatiara que o monitoramento acontece uma vez por mês. O número de armadilhas instaladas e mantidas nos municípios em 2012, foi distribuído conforme o quadro abaixo:

Quadro 1. Monitoramento da *B. carambolae*.

Município	Freqüência	Nº Armadilhas instaladas	Inspeção de Armadilhas programadas	Armadilhas inspecionadas
Manaus	quinzenal	20	480	440
Presidente Figueiredo	quinzenal	15	360	315
Itacoatiara	mensal	10	120	110
Parintins	quinzenal	15	360	330
Nhamundá	quinzenal	8	192	136

2. Levantamento de detecção da Mosca da Carambola, realizado uma vez por ano, na região metropolitana de Manaus, nos municípios de Rio Preto da Eva, Iranduba e Manacapuru (Quadro 2.).

A metodologia usada nos levantamentos de detecção consiste em:

1. as plantas trabalhadas foram localizadas nas áreas urbanas e rurais dos municípios e constam no cadastro realizado em 2007, conforme o Anexo I do Plano de Contingência para *B. carambolae*;
2. a localização das plantas é georreferenciada com uso de GPS e a rota é elaborada com uso de TrackMaker;
3. das caramboleiras inspecionadas são retirados os frutos caídos e com sintomas de ataque de moscas das frutas;
4. as amostras são formadas de frutos selecionados que foram acondicionados em gaiolas de plásticos de 500ml com proteção de organza de náilon, etiquetadas e com substrato de vermiculita;
5. essas gaiolas foram mantidas na sala de triagem na sede da SFA/AM até a emergência dos insetos;
6. os insetos emergidos foram fixados em álcool 70% e separados moscas das frutas e parasitóides para posterior identificação no Laboratório de Entomologia do INPA.

Os resultado dos levantamentos realizados em 2013 nos munípios podem ser visualizados no Quadro 2. Das amostras coletadas emergiram *Anastrepha* sp. e seus parasitóides, não houve portanto, registro de *B. carambolae*.

Quadro 2. Levantamento de Detecção da Mosca da Carambola.

Município	Mês	Propriedades (nº)	Amostras coletadas
Rio Preto da Eva	novembro	38	43
Manacapuru	novembro	41	15

Irlanduba	outubro	39	29
-----------	---------	----	----

Análise Crítica (comentário no final).

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	8572			Tipo:		
Título	Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais					
Iniciativa	012H- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais					
Objetivo	Promover a Sanidade na Agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas, doenças e fortalecendo as ações de controle e controle. Código: 0364					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo:	
Unidade Orçamentária	130090					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	29.976,92	29.781,83	23.888,95	20.953,42	445,00	9.570,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Elaborar 100 Planos de Contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças		ha	59.748		58.948	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

O levantamento de detecção programado no POA- 2013 para a região do Alto Solimões, área da tríplice fronteira Peru/Colômbia/Brasil.

O Levantamento de detecção da Moniliase do cacauero foi realizado no período de 29/07 a 03/08/2013, nos municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

Quadro 3. Levantamento de detecção 2013

Município	Hospedeiro	Comunidade/ Local	Propriedades
Tabatinga	cacau, cupuaçu, macambo, <i>Herrania</i> , cupuí, cacau cabeça de urubu e cacau azul.	Deus é Bom-Geodésica	6
		Bom Futuro	3
		Sapotal	8
		Comara	8
		Umariacu II	7
		Teresina IV	2
		Vista Alegre	4
		Araçari	7

Benjamin Constant	macambo, cacau, cupuí, cupuaçu e <i>Herrania</i>	São José	7
		Guanabara I	6
		Est. Bom Jardim	4
São Paulo de Olivença	cacau, cupuaçu, cupuí e macambo	Tupi I	5
		Deus me Ajude	6
Atalaia do Norte	Cacau nativo, cupuaçu, cupuí, macambo, <i>Herrania</i> e <i>Theobroma speciosum</i>	Palmares	7

A metodologia de levantamento consiste em percorrer as margens dos rios, ramais, parando em todas as propriedades ou comunidades encontradas ao longo do trajeto. Ainda por informações de outros ribeirinhos e agricultores se consegue encontrar outras áreas cultivadas por *Theobroma* e *Herrania* ou com plantas silvestres hospedeiras da praga. As áreas visitadas foram georeferenciadas e, ainda com o uso de GPS se traçou a rota e com marcação do ponto de cada propriedade. Por caminhamento, é feita a inspeção da área em busca de sintomas/sinais da praga. No plantio o caminhamento deve ser feito em zigue-zague, observando-se o estado fitossanitário dos frutos. As plantas inspecionadas foram: cupuaçu, cacau, macambo, cacau azul, cacau urubu, cupuí e *Herrania* sp. Em todas as áreas visitadas nos municípios acima referidos não se coletou frutos com sintomas ou sinais de *Moniliophthora roreri*.

Problemas na execução da Ação em 2013.

1. Com a publicação do Decreto nº 7.689 de 02 de março de 2012, que estabeleceu limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e deslocamento de servidores no exercício de 2013, e o estabelecimento que cada servidor não poderá exceder o limite de 40 diárias mesmo intercaladas, durante o corrente ano. A servidora FFA Consuelo de Maria D'Avila Lopes no cumprimento de suas funções atingiu o limite de 40 diárias intercaladas em agosto/2013, face da programação (POA_DSV_ 2013). Registra-se também que a FFA é responsável no Estado do Amazonas pela execução das ações nos PI's: ERRADMOSCA e PCEVEGETAL no SIFISV/DDA/SFA/AM.

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

Com a publicação do Decreto nº 7.689, de 2 março de 2012, limitando despesa de diárias e passagens no deslocamento de servidores no exercício de 2013, essa medida restringiu ainda mais a execução da Ação 8572 do Programa de Prevenção, Controle das Pragas dos Vegetais e da Ação 4738 Erradicação da Mosca da Carambola no Amazonas, tendo em vista o número reduzido de FFA's lotados nos Serviços da SFA/AM para o cumprimento das METAS.

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	4746			Tipo:		
Título	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.					
Iniciativa	027A - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.					
Objetivo	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando à oferta de alimentos seguros. Código: 0570					
Programa	Defesa Agropecuária.		Código: 2028		Tipo:	
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
24.648,60	24.648,60	24.648,60	24.648,60	22.239,49		11.235,37
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Ação 4746 – Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV/SDA)		Fiscalização realizada	39	35	53	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
18.521,93	408,67	14.046,42				

1.2. Análise Crítica

1.2.1 Cumprimento das metas:

Sanado o problema de fiscal na área da Qualidade Vegetal conseguiu-se ir além das metas estabelecidas em 2013.

1.2.2 Eventuais problemas de execução:

Os principais problemas na execução são enfrentados na área financeira, quanto à aquisição de material e equipamentos. Os recursos financeiros são programados e liberados, porém não conseguimos utilizá-los em sua totalidade devido à deficiência na área administrativa, inclusive falta de pessoal qualificado. Muitas vezes quando ocorrem os licitações/pregões a aquisição é realizada, entretanto os materiais adquiridos não condizem com os solicitados, prejudicando as ações de fiscalização.

1.2.3 Restos a pagar:

De acordo com informações do Setor Financeiro os restos a pagar “não processados”, se não forem utilizados para pagamento serão cancelados e devolvidos ao Tesouro Nacional.

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Código	2141					Tipo: Atividade Fiscalização	
Título	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes -FISFECOI						
Iniciativa	013 E - Índices de conformidade de Insumos Agrícolas (DAS/MAPA)						
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. Código: 0368						
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo:		
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
29.728,50	7.464,00	6.571,26	6.571,26	6.089,83		575,44	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.				Fiscalização realizada	50	50	58
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
575,44	-	-	-		-	-	

Fonte: PPA 2012-2015, SIAFI, SIPLAN, POA 2013, Relatório Mensal

1.3. Análise Crítica

Objetivo:

Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.

A ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes têm como objetivo as seguintes atividades/metad: Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes e corretivos, bem como registro de produtos. Fiscalização de estabelecimentos e produtos para verificação de análise de conformidade.

1.2.1 Cumprimento das metas:

Apesar das dificuldades ocorridas durante o exercício, pelo acúmulo de serviços, pois o Plano Interno conta com apenas 1 FFA, a meta estabelecida para essa ação foi atingida, sendo cumprida em 116%. Isso acontece pela otimização das viagens de modo que ações de fiscalizações do SIFISV envolvem Insumos Agrícolas como um todo, assim numa mesma fiscalização é realizados trabalho nas duas áreas (fertilizantes e sementes e mudas), possibilitado a diminuição do custo final da fiscalização.

Na questão financeira, foi programado no POA/2013 para fiscalização do comércio e produção de fertilizantes, o valor de R\$ 29.728,50, excluindo custo de investimento. Foi disponibilizado R\$ 7.464 que representou apenas 25 % do valor inicialmente programado, sem incluiu material permanente.

A meta física Fiscalização de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes foi cumprida em 100 %. A programação financeira foi incluída na fiscalização de estabelecimento comercial. As ações

ocorreram em fiscalizações de rotina para verificação das condições das instalações, equipamentos, ordem de produção notas fiscais de entrada e saída, e coleta de amostras para análise de conformidade.

Em 2013 não aconteceu a Reunião Anual de Insumos Agrícolas, motivado pelo contingenciamento de recursos que tem ocorrido no MAPA nos últimos anos.

Das 58 fiscalizações em 2013, representaram 38 fiscalizações em estabelecimento comercial, 1 em produtor de corretivo e 19 fiscalizações em produtos. Destas, 5 coletas de amostra de fertilizante mineral simples; representando 99 toneladas, 8 amostras de mineral misto; total de 116,7 toneladas, e 6 amostras de fertilizante mineral complexo; total de 36 toneladas. Foram relatados 3 processos administrativos de fiscalização, sendo que 2 concluídos pela procedência do auto de infração e multas no valor R\$ 27.772,04 reais.

1.2.2 Eventuais problemas de execução:

Não ocorreu disponibilização de recursos para investimento pela Coordenação de Fertilizantes, não sendo adquirido, portanto veículo de duas rodas (motocicleta) no auxílio do deslocamento no interior nas ações de fiscalização.

A carência de auxiliares administrativos para desempenharem as tarefas internas do Serviço, tem resultado que o FFA responsável pelo PI, tem que realizar tarefas como redigir ofícios, relatórios, verificar chegada de AR, coleta e preparo da amostra para laboratório, além das tarefas peculiares ao cargo. Que tem resultado em processos acumulados, sobrecarga de trabalho e stress.

O quadro de pessoal de apoio do SIFISV na área de Fiscalização de Insumos Agrícolas é reduzido : um Agente de Fiscalização Agropecuária e um estagiária (que só vem pelo período da manhã), realizam atividades em todas as áreas. O que justifica a solicitação de mais 1 FFA e 1 Agente de Atividade Agropecuária para atuarem diretamente na Fiscalização de fertilizantes e Sementes e mudas.

1.2.3 Restos a pagar:

Os valores reais e faturas de combustível do mês de dezembro só são apresentados no ano seguinte, sendo que desta forma parte ou total dos recursos empenhados são mantidos em restos a pagar até a finalização destes pagamentos.

QUADRO A.2.2.3.1 - AÇÕES - OFSS

Código	2179		Tipo: Atividade Fiscalização			
Título	Fiscalização de Sementes e Mudanças - FISCALSEM					
Iniciativa	013 E - Índices de conformidade de Insumos Agrícolas (DAS/MAPA)					
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. Código: 0368					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo:	
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090)					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
64.025,95	56.924,94	56.907,94	56.907,94	32.848,15		13.261,98
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas.		Fiscalização realizada	223	223	287	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
13.261,98	-	-	-	-	-	

Fonte: PPA 2012-2015, SIAFI, SIPLAN, POA 2013, Relatório Mensal – RAM 2013.

1.3. Análise Crítica

Objetivo:

Geral: Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.

Específicos: Garantir os níveis de conformidade e qualidade das sementes e mudas disponibilizadas para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, por consequência contribuir para a sustentabilidade do agronegócio.

1.3.1 Cumprimento das metas:

A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador, coletor e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas.

As metas correspondem às análises de processos para: Inscrição de Produtor de mudas e sementes, Comerciante de mudas e sementes, Credenciamento de Responsável Técnico, Coletor de sementes florestais, Inscrição de viveiro e Plantas matrizes no Registro Nacional de Sementes e

Mudas - RENASEM, nesse quesito, não existe uma programação física, uma vez que é realizada sob demanda.

Por se tratar de análise de processo e a critério do órgão fiscalizador, fica condicionada a uma vistoria prévia, não há como prever o gasto financeiro envolvido nesta atividade.

É uma demanda que gera tempo do serviço, para análise e confecção de documentação legal, além disso, a maioria dos processos recebidos não está completa, gerando uma série de exigências a serem solicitadas através de parecer técnico aos interessados.

Apesar das dificuldades ocorridas durante o exercício, pelo acúmulo de serviços, pois o Plano Interno conta com apenas 1 FFA, a meta estabelecida para essa ação foi atingida, sendo cumprida em 128,7%. Isso acontece por otimização das viagens de modo que ações de fiscalizações do SIFISV envolvem Insumos Agrícolas como um todo, de modo que numa mesma fiscalização são realizados trabalhos nas duas áreas (sementes e mudas, fertilizantes), possibilitado a diminuição do custo final da fiscalização.

Na questão financeira, foi programado no POA/2013 para fiscalização do comércio e produção de sementes e mudas, o valor de R\$ 64.025,95, excluindo custo de investimento. Foi disponibilizado R\$ 56.924,94 que representou apenas 88,9 % do valor inicialmente programado, sem incluiu material permanente.

No ano de 2013, destacam-se as atividades relativas ao PI FISCALSEM, desenvolvidas no estado do Amazonas:

Foram feitas 287 fiscalizações que resultaram na inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM, de: 8 produtores de mudas, 11 comerciantes de sementes e de mudas, credenciamento de 12 responsáveis técnicos e coletores de sementes. Foram coletadas 2 amostras de sementes representando 2,1 toneladas com 1 amostra fora do padrão, inspecionados 1 um campo de sementes com 20 há, 736 plantas sem origem genética, 2.017.610 mudas fiscalizadas em 31 viveiros, homologados 18 campos de sementes com 279,2 ha, 57 viveiros com 2.134.423 mudas e 24 áreas com 7.479 plantas de planta matriz e jardim.

Foram lavrados 209 termos de fiscalização, 15 autos de infração, suspensa a comercialização de 55 toneladas de sementes e destruídas cerca de 50.000 mudas. Foram relatados e julgados em 1ª Instância 12 autos de infração, sendo 11 procedente e 1 improcedente. Recebido 01 processo administrativo procedente em 2ª Instância. Foram aplicadas 10 multas no valor de R\$ 741.216,53 reais e multa inscrita na Dívida Ativa correspondente a R\$ 42.674,68. Recolhido total de R\$ 5.038,00 reais em taxas de inscrição/credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM.

1.3.2 Eventuais problemas de execução:

Devido às características do Estado do Amazonas, com suas dimensões continentais (1.570.745,68 km²), 62 municípios, e apenas 13 interligados por via rodoviária, ao município de Manaus (sede da Superintendência), resulta no aumento do custo de fiscalização, pois a grande maioria dos deslocamentos para o interior do Estado é feito por via área ou fluvial, onde se faz necessário um maior número de diárias para os deslocamentos por via fluvial ou aumento do custo do deslocamento com a aquisição de passagens aéreas, redundando em aumento do gasto financeiro.

O Plano Operativo Anual 2013 foi elaborado considerando a força de trabalho de 2 servidores 1 FFA e 1 TFFA. Há ainda um levantamento preciso das atividades relacionadas ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças – SNSM em todos os municípios do Estado, o que demanda deslocamentos que resultam em número de fiscalizações, acarretando um maior dispêndio financeiro e de tempo.

De modo geral, há predominância das fiscalizações pela atuação no comércio de sementes, que tem resultando na inscrição de grande número de comerciantes de sementes. Vale ressaltar que este aumento no nº de fiscalizações ocorre em função da fiscalização de sementes e mudas no

comércio, visto que a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal – ADAF manifestou oficialmente o desinteresse em realizá-la.

Foi previsto recursos no Plano Operativo de 2013, recursos para investimento - 339052 no valor de R\$ 41.600,00 para reforma das Instalações onde funciona o Serviço de Fiscalização, compra de equipamentos, entretanto a SFA/AM não foi dotada com esses recursos pelo corte de gastos pelo Executivo. Em relação à carência de servidores FFFA, Agente de Atividade Agropecuária e Auxiliares Administrativos, estamos pleiteando junto à administração da SFA-AM a lotação de um servidor no concurso público em andamento, o que dinamizará a execução dos trabalhos internos, resultando em melhorias no desempenho anual a ser obtido.

1.3.3 Restos a pagar:

Os valores reais e faturas de combustível do mês de dezembro só são apresentados no ano seguinte, sendo que desta forma parte ou total dos recursos empenhados são mantidos em restos a pagar até a finalização destes pagamentos.

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	4745		Tipo:			
Título	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados					
Iniciativa	013H Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM.					
Objetivo	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros. Código: 0570					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo:	
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	9.530,00	8.267,87	8.267,87	8.167,87	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar fiscalização de atividades com OGM		Fiscalização realizada	10			7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

1.2. Análise Crítica

1.2.1 Cumprimento das metas:

Foram cumpridos 70% das metas físicas programadas. Quanto as metas financeiras, houve o cumprimento de 31,6% em relação ao programado porém o percentual aumenta para 85,7 se levarmos em consideração o total recebido. A discrepância entre os percentuais se justifica pelo fato de que muitas vezes se aproveita um deslocamento para um determinado município, em um determinado PI para realizar ações de outro, atendendo assim, os princípios da economicidade e da

eficiência, até porque não é possível pelo SCDP gerar ordens de serviço em PIs distintos para o mesmo período e localidade.

1.2.2 Eventuais problemas de execução:

O não cumprimento integral das metas físicas se deu por dois motivos: 1) o SIFISV foi completamente destruído por um temporal no mês de setembro, sendo necessários em torno 45 dias para o total restabelecimento das atividades, que só ocorreu no mês de novembro. Como foi gasto muito tempo com mudança e reorganização do setor e recuperação de documentos atingidos pelo sinistro, houve um represamento de demanda por parte dos contribuintes, principalmente relacionadas a atividades de outras áreas como, por exemplo bebidas, uma vez que só existe um fiscal para atuar nas duas áreas, o que fez com que o restante do ano fosse utilizado para o atendimento destas demandas; 2) dificuldade para expansão do limite de 40 diárias imposto pela administração. Como houve a participação maciça da SFA-AM na operação Ágata 7, na região da tríplice fronteira, e a mesma não estava prevista na programação, uma vez que é atividade sigilosa, quase metade do limite de diárias foram gastos nesta operação, comprometendo a programação inicial.

1.2.3 Restos a pagar:

Não houve restos a pagar.

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	8939		Tipo:			
Título	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.					
Iniciativa	0279 – Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal.					
Objetivo	Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros. Código: 0570					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo:	
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	23.212,00	19.859,82	19.715,76	19.715,76	-	1.992,02
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Percentual de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total programado		Estabelecimento inspecionado	35	-	23	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

1.2. Análise Crítica

1.2.1 Cumprimento das metas:

Foram cumpridas 80% das metas físicas se levarmos em conta as inspeções realizadas, ou seja, foram programadas 35 inspeções e realizadas 28.. Porém, parte dos Termos de Inspeção foram relativos a apuração de denúncia envolvendo estabelecimentos clandestinos, incorrendo em retorno aos mesmos estabelecimentos.

Desta forma, o número de estabelecimentos inspecionados foi de 23, perfazendo 65,71% do que fora programado.

1.2.2 Eventuais problemas de execução:

Dois fatores contribuíram para o não alcance da meta: 1) o SIFISV foi completamente destruído por um temporal no mês de setembro, sendo necessários em torno 45 dias para o total restabelecimento das atividades, que só ocorreu no mês de novembro. Como foi gasto muito tempo com mudança e reorganização do setor e recuperação de documentos atingidos pelo sinistro, houve um represamento de demanda por parte dos contribuintes, principalmente relacionadas a atividades de escritório como pedidos de registros de produtos, alterações de fórmulas, dentre outras, o que fez com que o restante do ano fosse utilizado para o atendimento destas demandas; 2) dificuldade para expansão do limite de 40 diárias imposto pela administração. Como houve a participação maciça da SFA-AM na operação Ágata 7, na região da tríplice fronteira, e a mesma não estava prevista na programação, uma vez que é atividade sigilosa, quase metade do limite de diárias foram gastos nesta operação, comprometendo a programação inicial.

As metas financeiras não foram atingidas integralmente, por problemas de ordem administrativa.

Salientamos que o déficit de pessoal na SFA-AM é algo que vem sendo alvo de gestões junto a administração superior do MAPA ao longo dos últimos anos sem que nenhuma providência tenha sido adotada para sanar o problema. É incompreensível que o órgão não adote nenhuma medida para resolver o problema do sucateamento do quadro de pessoal, principalmente na área administrativa onde a maioria dos servidores já possui idade para requerer a aposentadoria. A falta de pessoal na área administrativa compromete diretamente as ações da área técnica, uma vez que a compra de material, contratos de serviços, manutenção de equipamentos acaba limitando as ações de fiscalização.

Na área técnica, houve um excesso de remoções ex officio ao longo dos últimos cinco anos que comprometeram fortemente a atuação do MAPA na região. Tais remoções são, extra oficialmente, para atender demandas de estados com maior PIB agropecuário como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, porém, na prática, demonstra que o MAPA não trata com a seriedade que deveria as reais demandas de pessoal para atender os anseios da sociedade e, também demonstra tratamento discriminatório com a região norte do país, no caso em particular com o Estado do Amazonas, já que, ao transferir fiscais para outras regiões o MAPA atua atenuando os problemas dos segmentos sociais e econômicos dos estados beneficiados em detrimento dos mesmos segmentos do Amazonas.

Sugere-se que a CGU faça uma auditoria nas remoções ex officio que ocorreram ao longo desses anos e faça um comparativo com a real necessidade de fiscais versus o que está sendo disponibilizado no concurso público em curso (2014).

1.2.3 Restos a pagar:

De acordo com informações do Setor Financeiro, deixaram de ser pagos R\$ 144,06 em combustíveis.

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2134		Tipo:			
Título	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos.					
Iniciativa	012H – Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais					
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo:	
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	1.046,50	481,59	481,59	460,14	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização		Unidade	12		5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

1.2. Análise Crítica

1.2.1 Cumprimento das metas:

Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos. (Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA/MAPA)

As programações de metas físicas para o ano de 2013 correspondiam 03 fiscalizações de barreiras interestaduais, e 09 fiscalizações de empresas de tratamento fitossanitário quarentenário.

Desde o relatório gestão de 2011 o Plano Interno VIGIFITO estava sem Fiscal responsável EXCLUSIVAMENTE para acompanhar a execução das ações do PI, pois, na ocasião todos os fiscais federais do SIFISV-AM encontravam-se respondendo pela execução e acompanhamento das ações de outros planos internos, e uma vez que o Fiscal Federal responsável pelo acompanhamento das ações do VIGIFITO foi removido no início de 2010, a vaga ficou em aberto e o quadro de Fiscais Federais que se encontrava reduzido devido às transferências de servidores para outras superintendências continua agravado desde a época e tem evoluído nos últimos anos. A atual Fiscal Federal Agropecuária responsável pelo PI atua prioritariamente na Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV/SDA, apoiando e executando ações de fiscalização na área de bebidas e ações referentes ao Plano Interno IPVEGETAL que possui demanda alta para registros de produtos (bebidas), registros de estabelecimentos e ações de averiguação de denúncias relacionadas as áreas, além, das ações de fiscalização de rotina que diz respeito ao registro, a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de bebidas. Responde ainda pela Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (CGAA/SDA), Código 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas que eventualmente apresenta demandas relativas à consultas sobre registro de agrotóxicos e denúncias.

As Barreiras de Vigilância Agropecuárias do Estado do Amazonas estão localizadas em: Manaus Porto do Ceasa e Aeroporto; Humaitá Rio Madeira e BR-319; Presidente Figueiredo BR174 km 204; Parintins; Boca do Acre e Guajará. Pelas questões descritas acima foram programadas apenas 03 supervisões de barreira nas Barreiras de Vigilância Agropecuárias/BVA sendo duas em Presidente Figueiredo e uma em Humaitá, entretanto, devido a sobrecarga de trabalho da fiscal responsável atuando nas outras duas ações descritas não foi possível cumprir as metas programadas.

Em relação ao acompanhamento do convênio nº 755952/2011 vigente, firmado entre o MAPA/SFA-AM/SEPROR-AM, o mesmo encontrava-se parado, pois, o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal não executou as metas correspondentes à primeira parcela do convênio (2011), solicitou pedido de prorrogação através de Termo Aditivo protocolizado fora do prazo legal estabelecido no art. 37 da Portaria nº 127/2012 razão pela qual foi indeferido conforme parecer nº 302/2012/CJU-AM/CGU/AGU, fato que resultou na devolução dos recursos repassados, conforme histórico descrito na Nota Técnica nº 002/2012/SIFISV expedida pela Fiscal de Acompanhamento do Convênio, a Fiscal Federal Agropecuária Consuelo de Maria D'Avila Lopes em 27/07/2012 e constante às fls. 494-501 do Processo nº 21010.000401/2011-81.

As metas de 09 fiscalizações em empresas de tratamento fitossanitário quarentenário foram cumpridas parcialmente, foram realizadas 05 fiscalizações. Como resultado da auditoria realizada no ano de 2011 em todas as empresas credenciadas para execução de fumigação com brometo de metila ao Ministério da Agricultura – Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas - motivada por meio de uma denúncia envolvendo fraude na execução dos tratamentos por uma das empresas, as demandas continuam sendo encaminhadas, surgindo outras demandas a respeito do uso de brometo de metila prestando informações junto ao Ministério Público. Deste modo, como em 2012 foram intensificadas as fiscalizações tanto nas documentações na sede das empresas quanto na execução dos tratamentos em área primária em ações realizadas em conjunto com o Serviço de Vigilância Agropecuária – SVA-AM as fiscalizações foram executadas normalmente, não sendo detectada nenhuma anormalidades, não sendo lavrados nenhum Autos de Infração, 05 (cinco) Termos de Fiscalização, 01 (um) Termos de Notificação, e 03 (três) Termos de Inspeção. Durante o ano de 2013 foram realizadas 03 (três) renovações de credenciamento para execução de tratamentos fitossanitários quarentenários.

Em relação às metas financeiras programadas no Plano Operativo Anual para o ano de 2013, estes foram disponibilizados pela Departamento/Coordenação conforme o Quadro A.4.4 acima. As descentralizações de recursos ocorridas referiram-se a diárias, material de consumo e despesas de exercícios anteriores do qual não tenho conhecimento do pagamento efetuado, havendo necessidade de verificação da execução do pagamento. Entretanto, os outros valores executados estão de acordo conforme relatório de deslocamento da servidora para o Município de Itacoatiara e de seu colaborador o auxiliar Reinaldo Silva de Melo o qual apoiou as ações da servidora nas fiscalizações no município.

2.2 Eventuais problemas de execução:

A Ausência de Fiscal Federal Agropecuário para execução exclusivamente das fiscalizações de barreiras interestaduais, e das fiscalizações de convênio decorrente da remoção do Fiscal Federal responsável pelo acompanhamento das ações do VIGIFITO desde 2010, resultado do baixo quantitativo de Fiscais Federais Agropecuários, que se encontrava reduzido devido às transferências de servidores para outras superintendências e conseqüentemente agravado nos últimos anos. Em concordância da chefia imediata optou-se em realizar tanto o planejamento das metas físicas quanto financeiras para a unidade uma vez que a não realização das atividades em anos anteriores (2011) quase inviabilizou a descentralização de recursos destinados a realização das ações na Superintendência Federal do Amazonas, o que poderia causar um prejuízo ainda maior diante da não realização de ações importantes. Deste modo, as ações foram executadas na medida do possível, conciliando as ações com as outras executadas já citadas. Manifesta-se necessidade veemente de disponibilização de pelo menos um Fiscal Federal Agropecuário para dedicar-se

EXCLUSIVAMENTE as ações voltadas ao Plano Interno VIGIFITO diante da importância em alcançar o objetivo do mesmo.

1.2.3 Restos a pagar:

Os valores reais e faturas de combustível do mês de dezembro só são apresentados no ano seguinte, sendo que desta forma parte ou total dos recursos empenhados são mantidos em restos a pagar até a finalização destes pagamentos, para o plano interno em questão não houveram restos a pagar.

1.2.4. Superações significativas das metas estabelecidas:

Não houve superação de metas, pois, a fiscal responsável pela execução das ações do plano interno VIGIFITO vide Portaria nº 07 de 31 de janeiro de 2013, realizava ações referentes ao PI FISAGROTOX, e apoiava as ações do PI IPVEGETAL durante o período.

1.3. Gestão das ações

Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos. (Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA/MAPA)

Descrição:

- A fiscalização é realizada nas empresas credenciadas para execução de tratamentos fitossanitários quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes. As atividades que se realizam como sendo “fiscalização” na realidade é um conjunto de processos que se inicia com o credenciamento das empresas. A fiscalização envolve a verificação do cumprimento da Lei nº 7.802 de 11/07/1989, do Decreto nº 4.074/2002 Instrução Normativa nº 01/2002, da Instrução Normativa nº66/2006 e demais normas vigentes.

Objetivo:

- Assegurar o combate às pragas exóticas no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos, por meio de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, com o mínimo dando ao ambiente e por consequência contribuir para a sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2180 e 2181					Tipo: Ação	
Título	2180 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos. 2181 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.						
Iniciativa	012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários.						
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle. Código: 0364						
Programa	Defesa Agropecuária					Código: 2028	Tipo:
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
96.700,00	71.088,50	65.550,34	51.347,01	40.329,43	74,68	26.602,77	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Atender as demandas encaminhadas ao SVA/AM e realizar no mínimo 70% das fiscalizações programadas.		% (percentual)	70%	-	100%		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-		

Análise Crítica

- **Cumprimento das metas:** As metas físicas foram cumpridas a contento, observando que a unidade de medida (% de fiscalização realizada) é de acordo com a demanda e programada diariamente;
- **Restos a pagar:** O pagamento do combustível do mês de dezembro é realizado no mês de janeiro do ano subsequente e o restante devolvido para união.

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0570		Tipo: Atividade			
Título	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal					
Iniciativa	Código 0276 – Combate à clandestinidade em produtos de origem animal Código 0277 – Controle de Resíduos e Contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.					
Objetivo	Código: 0278 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	InspAnimal3					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.000	32.273,48	33.249	32.332,95	32.273,48	----	173,66
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
1-Instalação de Inspeção Federal			UND	Indeterminado	X	01
2-Supervisões Industriais			UND	19	X	16
3- Análise de Rotulagem			UND	Indeterminado	X	51
4-Análise de Projeto			UND	Indeterminado	X	20
5-PNCR			UND	Indeterminado	X	22
6-Análises de POA			UND	24	X	35
7-Relatoria de Processos e Julgamentos			UND	Indeterminado	X	47
8-Anuência de Importação			UND	Indeterminado	X	68
9-Pareceres Técnicos			UND	Indeterminado	X	10
10-Certificados Internacionais			UND	Indeterminado	X	01
11-Fiscalizações			UND	Indeterminado	X	132
12-Verificação de Auto Controles em empresa com Inspeção Permanente			UND	Diário	X	NA
13-Vistoria de Terreno			UND	Indeterminado	X	11
14-Repressão à fraude e clandestinidade			UND	Indeterminado	X	35
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1/1/2013		Valor Liquidado			Valor Cancelado	
173,66		0,0			173,66	

Fonte: Arquivos do SIFISA/DDA/SFA-AM

1.1.1 1. Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Objetivo 0570 -

Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Descrição do Programa:

Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-

morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos. Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.

Justificativa

Assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional, contribuindo para a redução do Custo Brasil e adequando, ainda, às regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da OMC, especialmente de Agricultura. Ressalta-se ainda a influência e interação com outras áreas e atividades, como o melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais, políticas de abastecimento e comercialização.

1.2 - Resultados da Execução Física da Inspeção de Produtos de Origem Animal do SIFISA/DDA/SFA-AM

Os resultados alcançados pelo SIFISA (INSPEÇÃO), no cumprimento das atribuições do Setor têm sido limitados em função do número exíguo dos recursos humanos não só de fiscais, como também dos servidores administrativos e agentes de inspeção da área meio, devido a redução do número de Fiscais promovida por permanentes remoções; Assim, com metas mais realistas, todo o procedimento de fiscalização planejado para 2013 foi atingido. Conforme havia sido planejado pelos órgãos envolvidos, a operação conjunta de nome AGATA fiscalizou e notificou todas as embarcações que não possuíam nenhum tipo de serviço de inspeção. Acarretando em uma grande ação que expandiu a qualidade dos alimentos processados por pequenas indústrias localizadas nos municípios do Amazonas. Essa ação, de extrema importância, foi um marco na fiscalização dos municípios deste grande estado, sempre muito carente e geograficamente complexo de se trabalhar.

1.2.1 – Análise Crítica quanto à execução física das ações realizadas

1.2.1.0 – Supervisões Industriais

Esta meta não foi completamente atendida por dois frigoríficos antigos não estarem mais atendendo às exigências de autocontroles e desta forma ficaram paralisados ou não possuíam condições de serem supervisionados.

1.2.1.1 - Análise de Rotulagens

Esta meta é atendida sob demanda, de acordo com o número de registros de rotulagens, produtos e processos ou suas alterações. É uma atividade interna que consome muitos dias de serviço dos fiscais, uma vez que devem ser consultadas variadas fontes de leis, instruções, normas e resoluções, tanto do MAPA quanto da ANVISA e do INMETRO. Os produtos e processos são analisados sob o ponto de vista do atendimento aos requisitos definidos por meio dos regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade, quando existentes, mais o cumprimento das normas referentes às exigências sobre rotulagens. Este trabalho também despende tempo em atendimentos para orientação aos responsáveis técnicos (RT) de cada empresa pleiteante, para correção dos erros apresentados.

1.2.1.2 - Colheita de amostra para Análise

Esta meta relaciona-se a colheitas de amostra para o PNCR, colheita de amostras para análise microbiológica e físico-química dos produtos fornecidos pelas empresas cadastradas ao MAPA e produtos de origem animal coletados no combate a fraude. Existe uma programação anual feita com o intuito de verificar a inocuidade dos alimentos. Como também, verificar a qualidade dos produtos importados.

1.2.1.3 - Anuência de Importação

Os procedimentos de anuência de importação são demandas provocadas pelas casas atacadistas que realizam o Comércio Internacional de produtos de origem animal que necessitam do aval da Inspeção local e desembaraço do trânsito internacional através de colheita de amostra, e desembaraço através do SISCOMEX. Esse procedimento teve um aumento de 100 % em 2013.

1.2.2 - Quantitativo de Produtos de Origem Animal Inspeccionados

No estado do Amazonas o SIFISA/DDA/SFA-AM inspeciona as indústrias de pescados, carne, leite e mel.

O quadro abaixo apresenta o quantitativo da produção, por categoria, de produtos inspeccionados no exercício de 2013.

PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS		
1 . PESCADOS E DERIVADOS	Quantidade	Unidade de Medida
Peixe inteiro congelado	2.852.146	Quilogramas
Peixe eviscerado congelado	10.282.845	Quilogramas
Filé de peixe congelado	869.327	Quilogramas
Peixe congelado em posta	523.498	Quilogramas
Polpa de peixe congelada	51.447	Quilogramas
TOTAL	14.579.263	
2. CARNE E DERIVADOS (comestíveis)	Quantidade	Unidade de Medida
Carne resfriado de bovino com osso	983.650	Quilogramas
Fígado Congelado de Bovino	277.047	Quilogramas
Coração Congelado de Bovino	69.440	Quilogramas
Mocotó Congelado de Bovinos	90.481	Quilogramas
Cauda Congelada de Bovinos	65.993	Quilogramas
Miúdos congelados de bovino	58.824	Quilogramas
Carne congelado de bovino sem osso	1.005.420	Quilogramas
TOTAL	2.550.855	Quilogramas
3. PRODUTOS (não comestíveis)	Quantidade	Unidade de Medida

Farinha carne e ossos	118.000	Quilogramas
Pele fresca de bovino	565.672	Quilogramas
Sebo	225.420	Quilogramas
Bile	120	Quilogramas
Cauda e crina	50	Quilogramas
Cascos e chifres	5.300	Quilogramas
TOTAL	914.562	
4. LEITE E DERIVADOS	Quantidade	Unidade de Medida
Leite em pó integral	692.587	Quilogramas
Composto lácteo	1.326.968	Quilogramas
Iogurte com polpas de frutas	1.290.507	Litros
Queijo minas frescal	17.511	Quilogramas
Ricota fresca	3.959	Quilogramas
TOTAL	3.331.532	
5. MEL E DERIVADOS	Quantidade	Unidade de Medida
Mel de abelhas	1.791	Quilogramas
Mel de abelhas com própolis	768	Quilogramas
Extrato de Própolis	196	Litros
Mel de abelhas com 0,2% de óleo de eucalipto	583	Quilogramas
TOTAL	3.338	

1.3. Iniciativas

1.3.1. Código 0278 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

A garantia da inocuidade dos alimentos, dos padrões de conformidade dos produtos e do cumprimento das exigências sanitárias nos procedimentos industriais visam a oferta de produtos e subprodutos de boa qualidade e seguros do ponto de vista sanitário e de padronização, bem como a sustentação da credibilidade nos mercados nacional e internacional.

A emergência de doenças veiculadas por alimentos tornou urgente a adoção de medidas que objetivam minimizar os riscos da ingestão de produtos de origem animal. A globalização dos mercados, com a redução e/ou eliminação de barreiras tarifárias, acentuou a importância das barreiras sanitárias ao comércio de alimentos.

As ações das atividades de controle dos produtos no mercado visam impedir a comercialização de produtos com padrões abaixo das exigências legais, isto é, impróprios para o consumo, contribuindo assim, para a segurança alimentar dos consumidores.

1.3.2. Código 0277 – Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.

O plano nacional de controle de resíduos visa o controle dos produtos de origem animal no que refere-se aos contaminantes, verificando nos alimentos a presença de resíduos de medicamentos veterinários e contaminantes ambientais que podem vir a prejudicar o fornecimento de alimentos seguros à população. Esse plano tem inspeção permanente no frigorífico de bovino e encontra-se em pleno funcionamento no estado; E inspeção periódica nos frigoríficos de pescado.

1.3.3. Código 0276 – Combate à clandestinidade em produtos de origem animal.

Um dos focos da inspeção é o combate à clandestinidade em produtos de origem animal, um grande impedimento dos controles de qualidade dos alimentos. No ano de 2013, com a operação conjunta de nome AGATA foram dadas 35 infrações a empresas sem registro no Estado que foram obrigadas a se registrar em algum serviço de Inspeção Oficial e padronizar os procedimentos para seu funcionamento dentro das medidas sanitárias necessárias; Essa grande ação que expandiu a qualidade dos alimentos processados por pequenas indústrias localizadas nos municípios do Amazonas foi de

extrema importância, um marco na fiscalização dos municípios deste grande estado, sempre muito carente e geograficamente complexo de se trabalhar.

1.4 – Considerações Finais

A previsão física no POA de 2013 foi menor do que a planejada devido ao Decreto Presidencial que solicitou a diminuição no orçamento público. O planejamento realizado para o ano corrente, feito sob a visão da real capacidade de execução pelo quantitativo de servidores disponíveis, alcançou a meta esperada para o ano.

Implementamos um maior combate à clandestinidade de produtos de origem animal, fechando uma dezena de indústrias que não possuíam inspeção municipal, estadual ou federal. Esse combate foi feito em vários municípios do Estado. Aumentando o controle no estado da grande quantidade de produtos clandestinos que chegavam nas mãos da população.

Além disso, as importações no Estado tiveram um crescimento significativo o que demonstra uma maior facilidade do Estado em acessar o Ministério da Agricultura e os postos nos portos da Vigilância Agropecuária Internacional para recebimento de produtos de origem animal importados.

Identificação da Ação						
Código	0121					
Título	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL)					
Iniciativa	Ação 8658-Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL)					
Objetivo	Objetivo 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028			
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
(14) 9.934,00	(14) 2.627,60	(14) 2.015,55	(14) 2.015,55	(14) 2.015,55	(14) 0,00	(14) 0,00
(30) 1.740,00	(30) 3.495,00	(30) 3.495,00	(30) 3.495,00	(30) 1.223,4	(30) 0,00	(30) 1.135,80
(33) 3.000,00	(33) 600,00	(33) 420,00	(33) 420,00	(33) 420,00	(33) 0,00	(33) 0,00
(36) 0,00	(36) 0,00	(36) 0,00	(36) 0,00	(36) 0,00	(36) 0,00	(36) 0,00
(39) 0,00	(39) 1.200,00	(39) 758,97	(39) 380,00	(39) 317,94	(39) 0,00	(39) 378,97
(52) 0,00	(52) 0,00	(52) 0,00	(52) 0,00	(52) 0,00	(52) 0,00	(52) 0,00
(41) 0,00	(41) 0,00	(41) 0,00	(41) 0,00	(41) 0,00	(41) 0,00	(41) 0,00
(42) 0,00	(42) 0,00	(42) 0,00	(42) 0,00	(42) 0,00	(42) 0,00	(42) 0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pelas UVL's do órgão executor	Supervisão realizada	6		8		
Supervisionar ações do órgão executor nas áreas de risco para enfermidades dos animais (abrigos, lixões, etc)	Supervisão realizada	0		1		
				8		

Supervisionar as ações do órgão executor no atendimento a suspeitas de enfermidades dos animais	Supervisão realizada	0		
Atuar em focos confirmados de enfermidades dos animais	Supervisão realizada	Por demanda*		0
Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos para enfermidades dos animais	Supervisão realizada	Por demanda*		0
Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de autorização para emissão de CZI <i>Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de autorização para emissão de CZI (CERTIFICADO ZOOSANITÁRIO INTERNACIONAL)</i>	Autorização de CZI emitida	Por demanda*		450
Atender as demandas da Ouvidoria/MAPA e outras denúncias relacionadas ao trânsito	Demanda atendida	Por demanda*		0
Atender as demandas da Ouvidoria/MAPA e outras denúncias relacionadas aos programas sanitários (Atender as demandas da Ouvidoria/MAPA e outras denúncias relacionadas aos programas sanitários vigentes - PNCEBT, PNSA, PNSAA, PNCRH, EEBS, PNSCO, PNSA ^p ícola, PNSANIMAIS AQUÁTICOS	Demanda atendida	Por demanda*		1
Atualizar informações no SIPLAN	Atualização realizada	12	Sistema Siplan não abriu em 2013	0
Verificar semanalmente a atualização dos informes semanais – SIVCONT	Verificação realizada	96		96
Analisar e enviar informes epidemiológicos mensais	Informe realizada	108		108
<i>Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de habilitação de Médicos Veterinários para atuar (Analisar, emitir pareceres e</i>	Processo analisado	Por demanda*		1

<i>concluir os processos de habilitação de Médicos Veterinários para atuar no PNCEBT - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE)</i>			
Controlar a distribuição de insumos para diagnóstico da brucelose e tuberculose (caso a distribuição seja feita pela SFA)	Controle realizado	12	12
<i>Supervisionar a distribuição de insumos para diagnóstico da brucelose e tuberculose (Supervisionar a distribuição de insumos para diagnóstico da brucelose e tuberculose)</i>	Supervisão realizada	12	12
Acompanhar focos de brucelose	Foco acompanhado	Por demanda*	10
Acompanhar focos de tuberculose	Foco Acompanhado	Por demanda*	2
Fiscalizar alimentos para ruminantes na fiscalização ativa e passiva para prevenção da EEB	Fiscalização realizada	4	4
Encaminhar amostras de tronco encefálico para vigilância ativa da EEB	Amostra enviada	Por demanda*	0
Colher e processar amostras de alimentos para ruminantes em propriedades rurais (colheita do material para envio ou realização de feed-test)	Amostra enviada	4	4
Fiscalizar estabelecimentos avícolas de reprodução	Fiscalização realizada	Por demanda*	2
Certificar estabelecimentos avícolas de reprodução	Registro emitido	Por demanda*	1
Receber e analisar os resultados dos exames laboratoriais para diagnóstico da AIE e Mormo dos laboratórios credenciados	Exame recebido	Por demanda*	2074
Acompanhar focos de AIE	Foco	Por demanda*	19

Acompanhar focos de Mormo	acompanhado		40
	Foco acompanhado	Por demanda*	0
Ministrar palestras sobre sanidade das abelhas	Palestra realizada	1	0
Atender as convocações do DSA (RELACIONADAS A TODOS OS PROGRAMAS SANITÁRIOS) (Atender as convocações do DSA (RELACIONADAS A TODOS OS PROGRAMAS SANITÁRIOS) PNCRH E EEBs, PNCEBT, PNSA, PNSS, PNSAA, PNSabelhas, PNSCO)	Reunião realizada	Por demanda*	0
Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ... (Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências) relacionadas aos programas sanitários (PNCEBT = ABRIL; PNSE= MARÇO; PNCRH = SETEMBRO; PNSA = JUNHO; PNSS = A DEFINIR; PNSCO = AGOSTO)	Reunião realizada	6	8
Realizar treinamentos para médicos veterinários habilitados e credenciados (GTA E CIS-E) (Realizar treinamentos para médicos veterinários habilitados e credenciados (GTA E CIS-E) EM QUESTÕES RELACIONADAS AO TRÂNSITO ANIMAL.)	Treinamento realizado	1	2
Analisar e emitir pareceres em processos de certificação e renovação da certificação de propriedades (Analisar e emitir pareceres em processos de certificação e renovação da certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose)	Supervisão realizada	Por demanda*	0
Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de habilitação de Médicos Veterinários para emiss (Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de habilitação de	Processo analisado	Por demanda*	3

Médicos Veterinários para emissão de GTA e credenciamento para emissão de CIS-E)					41
Renovar o certificado de estabelecimentos avícolas de reprodução (Renovar o certificado de estabelecimentos avícolas de reprodução)			Registro emitido	Por demanda*	1
Receber e acompanhar missão estrangeira			Missão acompanhada	Por demanda*	0
<i>Supervisionar as instituições de ensino reconhecidas para ministrar cursos de treinamento. (Supervisionar as instituições de ensino reconhecidas para ministrar cursos de treinamento.(DEMANDA DAS INSTITUIÇÕES)</i>			Supervisão realizada	Por demanda*	0
<i>Secretariar, apoiar, acompanhar e participar de comissões, câmaras, conselhos, grupos de trabalho, (Secretariar, apoiar, acompanhar e participar de comissões, câmaras, conselhos, grupos de trabalho, comitês, colegiados e foros - participamos do GEASE - Grupo Emergencial de Sanidade Estadual, CONEPA - Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura)</i>			Participação em reunião	Por demanda*	6
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
(39) 3.880,00		(39) 3.880,00	-----	---	----
(39) 348,00	-----	(39) 348,00			

(42) 0

QUADRO A.2.2.3.1 DE AÇÕES-OFSS

Identificação da Ação	
Código	0121
Título	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
Iniciativa	Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa - Departamento de Saúde Animal /DAS
Objetivo	Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle Código: 0364
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013	
Execução Orçamentária e Financeira	
Dotação	Despesa Restos a Pagar inscritos 2013

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
(14) 17.667,40	(14) 3.054,00	(14) 2.939,52	(14) 2.939,52	(14) 2.939,52	(14) 0,00	(14) 0,00
(30) 0,00	(30) 6.174,93	(30) 6.174,93	(30) 2.728,64	(30) 2.728,64	(30) 1.203,36	(30) 0,00
(33) 21000,00	(33) 8.925,07	(33) 8.865,07	(33) 8.865,07	(33) 8.865,07	(33) 0,00	(33) 0,00
(36) 0,00	(36) 431,30	(36) 431,30	(36) 431,30	(36) 431,30	(36) 0,00	(36) 0,00
(39) 6.000,00	(39) 5.600,00	(39) 5.600,00	(39) 5.233,45	(39) 5.180,00	(39) 366,55	(39) 0,00
(52) 34.890,00	(52) 0,00	(52) 0,00	(52) 0,00	(52) 0,00	(52) 0,00	(52) 0,00
(41)	(41)	(41) 0,00	(41) 0,00	(41) 0,00	(41) 0,00	(41) 0,00
(42)	(42)	(42) 0,00	(42) 0,00	(42) 0,00	(42) 0,00	(42) 0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Atender as demandas da Ouvidoria/MAPA e outras denúncias relacionadas ao PNEFA	Demanda atendida	POR DEMANDA		1		
Atualizar informações no SIPLAN	Atualização realizada	12	Sistema SIPLAN não abriu para atualização de dados.	0		
Acompanhar, semanalmente, a atualização dos informes semanais – SIVCONT	Verificação atualizada	48		48		
Avaliar animais para fins de indenização	Avaliação realizada	POR DEMANDA		Não houve		
Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências)	Reunião realizada	3		6		
Participar de treinamentos em Febre Aftosa	Treinamento realizado	0		1		
Ministrar palestras sobre a Febre Aftosa	Palestra realizada	1		1		
Atender às convocações do DSA	Convocação atendida	0		1		
Analisar e enviar informes semestrais	Informe enviado	2		2		
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela Unidade	Supervisão realizada	2		2		

Central do órgão executor				0
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas Unidades Regionais do órgão executor	Supervisão realizada	Não se aplica – no Estado do Amazonas não existem Unidades Regionais funcionando		
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela EAC's do órgão executor	Supervisão realizada	3		5
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas UVL's do órgão executor	Unidade Local Supervisionada	10		9
Supervisionar as ações do órgão executor nas revendas de vacinas	Revenda supervisionada	6		12
Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais de risco para febre aftosa	Propriedade supervisionada	12		7
Supervisionar ações do órgão executor nas áreas de risco para Febre Aftosa (lixões, salgadeiras, etc)	Unidade Supervisionada	9		14
Supervisionar as ações do órgão executor no atendimento a suspeitas de enfermidades vesiculares	Supervisão realizada	POR DEMANDA		Não houve em 2013
Atuar em focos confirmados de enfermidades vesiculares	Foco acompanhado	POR DEMANDA		Não houve caso confirmado de Doença Vesicular
				Não houve
Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos para Febre aftosa	Supervisão realizada	POR DEMANDA		14
Supervisionar ações nas zonas de alta vigilância	Supervisão realizada	Não há Zona de Alta vigilância no Estado do Amazonas		4

Fiscalizar a execução de convênios	Fiscalização realizada	12			0
Emitir relatórios de acompanhamento	Relatório emitido	4			0
Analisar plano de trabalho de convênios e termos de cooperação técnica	Plano de trabalho analisado	Por demanda			2 (em análise)
Emitir parecer de viabilidade técnica em convênios e acordos de cooperação técnica	Viabilidade analisada	POR DEMANDA			3
Analisar a prestação de contas de convênios	Prestação de contas analisada	POR DEMANDA			0
Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual e inclusive videoconferências)	Reunião realizada	2			
Participar de treinamentos em Convênios	Treinamento realizado	POR DEMANDA			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
(30) 216,00		(30) 216,00	-----	-----	- -----
(33) 2.371,43		(33) 2.371,43			
(39) 3.740,24		(39) 3.740,24			
(30) 5.560,59	(30) 5.341,04	(30) 219,55			

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	Código 013F					
Título	Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.					
Iniciativa	Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal (Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA) Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (DFIP/SDA) Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (DFIP/SDA)					
Objetivo	Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental Código: 0368					
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028					
Unidade Orçamentária	Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090)					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	15.095,44	14.337,21	11.292,01	10.488,63	-	1.777,26
FISPROVET (6.900,00)	FISPROVET (5.561,44)	FISPROVET: (309014)- 1.531,46 (309030)- 2.025,00 (309033)- 385,41 (339039)-1.171,03	FISPROVET: (309014)- 1.531,46 (309030)- 930,94 (309033)- 385,41 (339039)-921,03	FISPROVET: (309014)- 1.531,46 (309030)- 928,59 (309033)- 385,41 (339039)- 120,00		
FISCINAN (15.580,00)	FISCINAN (9.534,00)	FISCINAN: (309014)- 1.924,31 (309030)- 6.000,00 (309033)- 0,00 (339039)-1.300,00	FISCINAN: (309014)- 1.924,31 (309030)- 4.648,86 (309033)- 0,00 (339039)-950,00	FISCINAN: (309014)- 1.924,31 (309030)- 4.648,86 (309033)- 0,00 (339039)- 950,00		
TOTAL: (22.480,00)	TOTAL: (15.095,44)	TOTAL: 14.337,21	TOTAL: 11.292,01	TOTAL: 10.488,63		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal (Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA)		Fiscalização realizada	02	-	02	
Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (DFIP/SDA)		Fiscalização realizada	46	-	65	
Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (DFIP/SDA)		Fiscalização realizada	45	-	75	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Fonte: PPA 2012-2015

Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
966,15	966,15	0,00	-	-	-

1.2. Análise Crítica

1.2.1 Cumprimento das metas:

Todas as metas físicas foram atingidas. As metas financeiras não foram atingidas, no FISCINAN foram programados investimentos, porém não houve liberação de recurso. Informo ainda a precariedade das instalações e equipamentos devido a não liberação de recurso para investimento.

1.2.2 Eventuais problemas de execução:

Não liberação de recurso para a aquisição de material permanente.

1.2.3 Restos a pagar:

Os valores reais e faturas de combustível do mês de dezembro só são apresentados no ano seguinte, sendo que desta forma parte ou total dos recursos empenhados são mantidos em restos a pagar até a finalização destes pagamentos.

1.1.1.1 1.3. Gestão das ações

1.1.1.1.1 1.2.1. Ação 2140 – Fiscalização de Produtos Veterinários (FISPROVET)

Descrição:

- Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais. Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos de uso veterinário.

Objetivo:

- Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.

1.1.1.1.2 1.2.2. Ação 2124 – Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal (FISCINAN)

Descrição

- Fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; Realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento dos processos de fiscalização; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais sobre insumos destinados à alimentação animal.

Objetivo:

- Fiscalização de insumos destinados à Alimentação Animal (FISCINAN) - Garantir as condições adequadas no processo de fabricação, inclusive higiênico-sanitária, e assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal. Lei nº 6.296 de 11 de dezembro de 2007 - Dispõem sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias dos Produtos Destinados à Alimentação Animal e dá outras Providências.

1.1.1.1.3 1.2.3. Ação – Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE)

Descrição:

- Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Objetivo:

- Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE) - Garantir a conformidade dos materiais destinados à reprodução animal. Lei nº 6.446 de 05 de outubro de 1977 - Dispõe sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias do Sêmen Destinado à Inseminação artificial em Animais Domésticos e dá outras Providências. Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Quadro A.2.2.3.2 – AÇÕES/SUBTÍTULOS - OFSS

Código	8606		Tipo:				
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico						
Plano Orçamentário	0003 – Aplicação de Mecanismos de Garantia						
Iniciativa	02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica.						
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda. Código: 0744						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização. Código: 2014 Tipo:						
Unidade Orçamentária	130090 - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento/AM						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
PO 0003-AM	7.095,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
PO 0003-AM	Emitir declarações relacionadas à regularização de organizações voltadas a garantia da qualidade orgânica		Unid.	31		11	
PO 0003-AM	Fiscalizar rótulo de produto (Visita a estabelecimento comerciais para coleta e fiscalização de rotulagem de produtos, bem com registro e ajuste de procedimentos operacionais)		serviço	15		0	

PO 0003-AM	Vistas institucionais e participação em reuniões visando a organização da rede de produção orgânica (Ações visando fomentar a adoção de Mecanismos de garantia da Qualidade orgânica por parte da rede de produção orgânica)	serviço	7		0	
PO 0003-AM	reuniões de acompanhamento visando a organização de grupos de produtores orgânicos (reuniões "in loco" em propriedades rurais próximas da capital)	serviço	3		1	
PO 0003-AM	Capacitação de técnicos sobre Leg. de orgânicos e Aplicação de Mecanismos de garantia (Cursos para esclarecimento, formação e viabilização de venda direta de produtos orgânicos e formação de núcleos de suporte a SPG)	Evento	2		0	
PO 0003-AM	Instruir processo de fiscalização de produtos orgânicos	processo	3		1	
PO 0003-AM	Planejar recomposição, publicar edital, e publicar portaria da CPOrg/AM	processo	1		1	
PO 0003-AM	Realizar reuniões da CPOrg/AM conforme calendário deliberado em colegiado	reuniões	7		1	
PO 0003-AM	Elaborar, celebrar e acompanhar acordo de cooperação para venda direta de orgânicos na SFA/AM (Estruturara acordo de cooperação com a Associação de Produtores orgânicos do AM visando formalizar cessão de espaço para realização semanal de feira de orgânicos na sede da SFA/AM)		1		0	
PO 0003-AM	Emitir termos de fiscalização (Efetuar diligências em OCS e OPAC cadastradas/credenciadas, bem como em imóveis rurais controlados por estas unidades com respectiva emissão de termos de fiscalização)		10			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Cumprimento das metas físicas - *Dentre as metas físicas realizadas destacamos:*

- Recomposição da CPOrg/AM. Apesar de recomposta sua atuação está comprometida pela falta de técnicos no setor e a ausência de descentralizações programadas para seu funcionamento.
- Emissão de Declarações de Cadastro de Produtor Orgânico para 11 produtores, permitindo a venda direta de produtos da OCS APOAM.
- Processo de esclarecimento da legislação de Garantia da Qualidade Orgânica no estado. Palestra de esclarecimento para técnicos e graduandos do Inst. Federal de Ensino Tecnológico do Amazonas.

Outras Observações – Ações que implicaram em custos de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e Material de Consumo são liberadas do Plano Orçamentário OperaSDC.

Quadro A.2.2.3.2 – AÇÕES - OFSS

Código	20ZV					Tipo:	
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário						
Plano Orçamentário	000A - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG						
Iniciativa	02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário						
Objetivo	0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas. Código: 07474						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização Código: 2014 Tipo:						
Unidade Orçamentária	130090 - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento/AM						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
PO 000A-AM	12.000,00	708,00	568,64	568,64	568,64	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
PO 000A-AM	Acompanhar execução de projeto de apoio a DO warana saterê mawé (Acompanhar o desenvolvimento de atividades e consultorias do projeto de apoio a "waraná" na Terra indígena Andirá-Marau)	Projeto	1		1		
PO 000A-AM	Elaborar Projeto de Fortalecimento para os projetos de IG (Guaranas) priorizados (Elaborar Projeto de Fortalecimento do warana Sateré Mawé Elaborar Projeto de Fortalecimento do Guaraná de Maués)	Projeto	1		1		
PO 000A-AM	Execução de ações dos projetos de Sensibilização ou Fortalecimento de IG	Ação	6		1		
PO 000A-AM	Efetuar prospeção em regiões priorizadas para desenvolvimento de sinais distintivos no AM (prospeção 01 - warana sateré mawé, prospeção 02 guarana de maués, prospeção 03 abacaxi de novo remanso, prospeção 04 queijo coalho de autazes, prospeção 05 Pirarucu Mamirauá, prospeção 06 Farinha do Uarini)	levantamento	6		2		
PO 000A-AM	Elaborar nota técnica relativa aos processos de prospeção efetuados no AM (nota técnica prospeção 01, nota técnica prospeção 02, nota técnica prospeção 03, nota técnica prospeção 04, nota técnica prospeção 05, nota técnica prospeção 06)	Nota técnica	6		0		
PO 000A-AM	Implantar Fórum de IG e Marcas Coletivas e Marcas de Certificação no AM		1		0		
PO 000A-AM	Analisar cumprimento de metas e elaborar relatório final de prestação de contas de convênio (Convênio 701024/2008 Mapa-Sebrae/AM Apoio ao processo de indicação geográfica do guaraná de maués)	relatório	1		1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Quadro A.2.2.3.2 – AÇÕES - OFSS

Código	8593		Tipo:				
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC						
Plano Orçamentário	0001 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono						
Iniciativa	02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnicizada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC)						
Objetivo	Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º). Código: 0743						
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização Código: 2014 Tipo:						
Unidade Orçamentária	130090 - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento/AM						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
PO 0001-AM	16.000,00	10.611,15	10.611,15	3.111,15	3.111,15	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
PO 0001-AM	Planejar Seminário de Sensibilização do Plano ABC		Evento	1		1	
PO 0001-AM	Realizar Oficina de Trabalho para Elaboração do Plano ABC Estadual		Evento	1		1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
PO 0001-AM							

Cabe frisar ainda que houve descentralização no plano orçamentário que responde pelo abreviado nome de PI OPERASDC no âmbito do SIAFI, foi designado pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Mapa para centralizar o custeio de operações de nessa unidade de gestão. Também foi o canal utilizado para viabilizar encontro gerencial com as chefias das unidades dos demais estados da federação.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Vale ratificar aqui uma situação endêmica, que vem a ser as inúmeras atividades desempenhadas pelos poucos técnicos disponíveis no DPDAG. Aqui um Fiscal Federal Agropecuário é designado para fazer o trabalho técnico de vários PIs, devido as diferentes demandas advindas de diversas outras coordenações, a exemplo da CGSPI, COAGRE, CGPI, SRI/Niex, Gab/SDC, dentre outras como os Territórios da Cidadania, o que implica diretamente na forma de atuação não satisfatória para a maioria, uma vez que a capacidade de desenvolvimento é inferior a demandas, inclusive nas ações do INDGRAF, que requer acompanhamento presencial.

Observa-se assim um baixo índice de cumprimento das metas físicas. Seja pela falta de pessoal (apenas 1 técnico) seja pela ausência de descentralização de recursos por parte da Sede, por motivos diversos incluindo o contingenciamento, impactando o desempenho das atividades fins desta unidade.

2.2.3.5 – Análise Situacional

A Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas desenvolveu no exercício de 2013, ações relevantes na área técnica, como prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais; na qualidade dos alimentos e bebidas por meio de aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando oferta de alimentos seguros; no aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários e agrícolas; na padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal; na vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos; na fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados; na inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal; na aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica; no apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário; no fomento a indicação geográfica de produtos agropecuários. Na área administrativa, foi envidado esforços objetivando melhorias na execução dos serviços administrativos da unidade, assim no apoio à área finalística.

Foram diversos os fatores que dificultaram o cumprimento total das metas programadas. Podemos enumerá-las: a não descentralização de recursos programados para algumas ações; o quadro de fiscais federais insuficiente para atender a demanda dos serviços; remoção de fiscais federais afetando a atuação do MAPA na região; carência de auxiliares administrativos para desempenharem tarefas internas dos setores técnicos; quadro de pessoal da área administrativa é insuficiente para atendimentos às demandas existentes.

Além dos problemas de execução apresentados, uma intempérie na cidade no final de setembro, afetando de forma drástica a sede desta Unidade, tendo parte do imóvel principal foi parcialmente destruída, afetando sobremaneira os serviços deste Órgão.

Os restos a pagar são oriundos de serviços não concluídos no exercício, assim como falta de entrega de materiais de licitações realizadas.

As metas físicas das ações que compõem este relatório foram na maior parte cumpridas a contento como se observa na análise dos responsáveis pelas ações, apesar das dificuldades ocorridas no exercício.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão.

O Estado do Amazonas **FOI RECLASSIFICADO em 2013**, sendo agora considerado MÉDIO RISCO contra febre aftosa – BR-3 (antes o Estado era considerado de ALTO RISCO BR-4), através Instrução Normativa nº 28, em 26 DE NOVEMBRO DE 2013, com exceção das ZONAS LIVRES de febre aftosa compreendidas pelos municípios de Boca do Acre e Guajará (a partir de março de 2004) e partes dos municípios de Lábrea e Canutama (desde dezembro de 2010). O objetivo do Ministério da Agricultura é que todo o país seja livre de febre aftosa, meta não alcançada pelo Estado do Amazonas, embora a mudança de status ou reclassificação pelo MAPA possa ser um avanço na conquista desse objetivo, tendo para tanto, contado com a parceria do Estado via Agencia de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF.

O Superintendente em articulação com Chefias das Divisões, Secções, Núcleos e Setores, tem procurado trabalhar/apoiar para que a Missão MAPA/SFA-AM conquiste ainda mais o devido

reconhecimento político institucional, proporcionado por e melhor integração na prestação de serviços com Órgãos do Setor Público Federal, Estadual, Municipal, Entidades Representativas do Segmento Produtivo Agropecuário, Empresas Privadas do Segmento Produtivo Agropecuário, Associações de Produtores, entre outros.

Nesse sentido, tem participado do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC, como representante do MAPA, de reuniões com Agências de Fomento como Banco do Brasil e Banco da Amazônia; de reuniões com diversas instâncias do Governo do Estado do Amazonas a exemplo das – Secretaria de Estado da Produção Rural, Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretária de Estado da Mineração e Recursos Hídricos, Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM, Agência de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas – ADS, Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM; Seminários diversos em Órgãos a exemplo da Controladoria Geral da União – CGU, Tribunal de Contas da União; Seminários diversos patrocinados pela iniciativa privada a exemplo da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Organização das Cooperativas do Brasil, Seção Amazonas – OCB/AM, bem como da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, entre outros.

Por fim, enfatizar que a atuação do Superintendente é consoante orientação técnica superior buscando assim o cumprimento das prerrogativas cabíveis.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

A Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas não dispõe, na sua estrutura, setor relacionado à área jurídica. Em consequência disso, todas às necessidades referentes a questões jurídicas são submetidas à Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares, em Brasília e Consultoria Jurídica da União no Amazonas, CJU/AM.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Conforme informações no item anterior, esta Superintendência não possui área de controle interno. O sistema de correição, está sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, Unidade da Secretaria-Executiva, a quem compete, além de supervisionar todos os sistemas de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD.”

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. (Existe o do servidor público)				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.4 Sistema de Correição

O sistema de correição está sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a quem compete, além de supervisionar todos os sistemas de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD.”

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O cumprimento pela Instância de Correição, está sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a qual compete, além de supervisionar todos os sistemas de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD.”

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.

Esta Superintendência não possui indicadores para monitorar nem avaliar o modelo de governança e efetividade dos controles internos.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
110008	130090	339037			98.659,96
110008	130090	339039			15.088,96
UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.2. Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos Originários – Executados diretamente pela UJ.

Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	641.652,29	1.362.576,45	641.652,29	1.362.576,45
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	641.652,29	1.362.576,45	641.652,29	1.362.576,45
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	981.381,12	273.235,19	981.381,12	273.235,19
h) Dispensa	923.884,31	228.572,70	923.884,31	228.572,70
i) Inexigibilidade	57.496,81	44.662,49	57.496,81	44.662,49
3. Regime de Execução Especial	2.375,95	-	2.375,95	-
j) Suprimento de Fundos	2.375,95	-	2.375,95	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	110.719,15	183.756,37	110.719,15	183.756,37
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	110.719,15	183.756,37	110.719,15	183.756,37
5. Outros	2.954,80	60.997,80	2.954,80	60.997,80
m) Diárias: Colaborador Eventual	2.954,80	60.997,80	2.954,80	60.997,80
6. Total (1+2+3+4+5)	1.736.707,36	1.880.565,81	1.736.707,36	1.880.565,81

4.1.3.5 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	641.652,29	1.362.576,45	641.652,29	1.362.576,45
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	641.652,29	1.362.576,45	641.652,29	1.362.576,45
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	981.381,12	273.235,19	981.381,12	273.235,19
h) Dispensa	923.884,31	228.572,70	923.884,31	228.572,70
i) Inexigibilidade	57.496,81	44.662,49	57.496,81	44.662,49
3. Regime de Execução Especial	2.375,95	-	2.375,95	-
j) Suprimento de Fundos	2.375,95	-	2.375,95	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	110.719,15	183.756,37	110.719,15	183.756,37
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	110.719,15	183.756,37	110.719,15	183.756,37
5. Outros	2.954,80	60.997,80	2.954,80	60.997,80
6. Total (1+2+3+4+5)	2.954,80	60.997,80	2.954,80	60.997,80
	1.736.707,36	1.880.565,81	1.736.707,36	1.880.565,81

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
339037	1.132.946,09	851.964,70	1.132.946,09	851.964,70	-	-	1.132.946,09	851.964,70
339039	800.206,33	415.561,18	800.206,33	415.561,18	318.147,50	41.978,09		415.561,18
339030	144.499,46	-	-	-	10.207,77	-	144.499,46	-
339014, 339033, 339036, 339092, 339093, 339139, 449052.	201.819,92	377.763,51	201.819,22	377.763,51	-	-	201.819,92	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

A execução orçamentária é realizada de acordo com a descentralização de recursos oriundo do Setor Financeiro do órgão central. Nem sempre o que é programado pela Unidade é disponibilizado. As contratações realizadas por dispensas de licitação e inexigibilidade são oriundas de energia elétrica, Correios, Imprensa Nacional por serem empresas ligadas ao Governo Federal.

4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	51.077,68	-	-	318.147,50
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	167.040,42	-	-	239.190,80
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
...				

Fonte: SEOF/SFA/AM

4.3.1 Análise Crítica

O saldo de resto a pagar muitas vezes é em decorrência de realizações de licitações no fim do exercício financeiro e, os pagamentos só ocorrem quando da entrega de materiais e/ou serviços. Ocorre, também, que em alguns contratos, as notas fiscais referentes aos serviços executados chegam à SFA/AM, no final do exercício, inviabilizando, por conseguinte, seu pagamento dentro do exercício.

4.4. Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no exercício.

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR									
CNPJ: 05560185/0001-02					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	756433/11	SEPROR	12.103.692,11	308.300,00	0,00	3.056.600,55	06.11.2011	31.12.2015	1
1	755952/11	SEPROR	1.172.086,90	0,00	0,00	0,00*	29.08.2011	31.12.2015	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
OBS: O valor repassado em 2011 (R\$ 388.852,50) foi devolvido em 2012.									
Fonte: SEOF/SFA/AM									

4.4.2 Qualidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR					
CNPJ:	05560185/0001-02					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	-	02	-	-	3.445.452,95
Contrato de Repasse	-	-	02	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	02	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	0	0	6	0,00	0,00	3.455.452,95

Fonte: SEOF/SFA/AM

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR					
CNPJ: 05560185/0001-02		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2013	Contas Prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	0,00	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	3.056.600,55	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	388.852,40*	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	3.095.961,29	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	15.279.909,09	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

* Valor devolvido por não ter sido realizado licitação no período concedido.

Fonte: SEOF/SFA/AM

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:			UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
-	Quantidade de Contas Prestadas			-	-	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
			Quantidade Reprovada	-	-	
			Quantidade de TCE	-	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	-	
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
				Quantidade Reprovada	-	-
	Quantidade de TCE	-		-		
	Montante Repassado (R\$)	-		-		
	Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
Montante Repassado (R\$)			-	-		
Quantidade de contas prestadas						
2012			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
	Quantidade Reprovada	1		-		
	Quantidade de TCE	-		-		
	Montante repassado	-		-		
Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1			
		Montante repassado (R\$)	3.444.453,95	-		
2011	Quantidade de Contas Prestadas			-	-	
	Contas analisadas	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
			Quantidade Reprovada	1	-	
			Quantidade de TCE	-	-	
			Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	-	
Montante Repassado			3.445.452,95	-		
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
		Montante Repassado	3.568.608,37			
Fonte:						

4.4.5 Análise Crítica.

Não houve nenhum repasse no exercício nem prestação de contas. Os convênios serão cancelados.

4.5 Suprimentos de Fundos

4.5.1 Suprimentos de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	2	2.800,00	3	2.800,00	0	0	2.800,00
2012	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-

4.5.1 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		
			Saque	Fatura	
Ana Fabíola da Silva Coelho	346.990.072-87	1.000,00	1.000,00	-	
Márcio Martins Pereira	327.833.021-87	1.800,00	1.800,00	-	
Total Utilizado pela UG					
		Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG			2.800,00	-	
Total Utilizado pela UJ			2.800,00	-	

Fonte: SEOF/SFA/AM

4.5.1 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

4.5.1 Análise Crítica

Os recursos descentralizados

As razões que levaram os servidores a utilizarem o cartão corporativo deveu-se a viagens rodoviárias aos municípios de Apuí, Humaitá, Boca do Acre, Lábrea para abastecimento do veículo e/ou eventuais causas que poderiam acontecer no trajeto, além da aquisição de material de expediente necessários para realização de ação fiscal em estabelecimentos que beneficiam e comercializam produtos de origem vegetal.

As prestações de conta foram apresentadas logo após o retorno dos servidores a SFA/AM, tendo sido aprovadas sem nenhuma irregularidade.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura e Pessoal Da Unidade

5.1.1 Demonstração da força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	107	91	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	107	91	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	95	79	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	12	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	107	91	0	0

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.1 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	7	7	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	7	7	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	18	18	1	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	18	18	1	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	25	25	1	1

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicional segunda a idade.

5.1.2.2

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária
Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	3	5	14	12
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	3	5	14	12
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	7	4	11	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	5	1	1	0
2.3. Funções Gratificadas	0	2	3	10	3
3. Totais (1+2)	0	10	9	25	15

Fonte:

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	3	1	1	17	11	0	1	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	3	1	1	17	11	0	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	8	14	0	3	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	3	0	3	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	7	11	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	3	1	1	25	25	0	4	0

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	4.364.523,96	-	1.325.338,84	218.711,17	314.985,04	62.507,49	8.614,27	17.384,31	43.853,70	6.355.918,78
	2012	2.836.534,25	799,55	2.935.091,11	380.910,61	282.895,01	61.241,00	2.970,52	-	448,44	6.500.890,49
	2011	2.745.413,52	744,88	3.050.451,43	413.441,18	279.348,72	70.492,00	1.776,95	-	1.793,76	6.563,44
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	884.741,61	132.046,92	87.672,74	-	33.904,21	17.216,64	-	-	10.065,20	1.165.647,32
	2012	429.763,78	127.569,64	543.130,12	67.587,62	29.153,33	14.516,00	-	-	-	1.211.720,49
	2011	402.483,09	114.449,38	528.766,09	63.273,93	31.339,31	11.549,00	-	-	-	1.151.860,80
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	1.906.564,78	102.769,12	196.868,80	54.592,76	108.660,31	26.630,69	110,38	13.328,87	15.214,58	2.424.740,29
	2012	1.068.509,83	97.020,81	819.806,35	117.508,32	89.058,80	23.796,20	920,57	-	-	2.216.620,88
	2011	987.070,03	86.845,26	708.429,38	108.886,26	78.901,09	30.701,09	-	-	-	2.000.833,14

Fonte:

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	78	0
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	47	0
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	125	0

Fonte:

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	70	0
1.1. Integral	44	0
1.2. Proporcional	26	0
2. Em Atividade	115	10
3. Total (1+2)	185	10

Fonte:

5.1.5. Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	3	-	-
Concessão de pensão civil	8	6	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	8	6	0	0

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	-	-	3
Concessão de pensão civil	-	-	-	14

Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	-	-	-	17
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

5.1.6 Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há nesta Superintendência nenhum controle para detectar possível acumulação de cargos públicos.

Não temos comprovadamente o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal desta Unidade, porém a SFA/AM recebeu em 2012, Ofício nº 115/2012-TCU/SECEX-AM, com nomes de seis servidores e/ou beneficiários de pensão solicitando documentos para diligência e comprovação ou não dessa irregularidade.

5.1.7 Providências adotadas nos casos de Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos

Através do Ofício nº 115/2012-TCU-SECEX-AM, foi solicitado documentos comprobatórios dos servidores ativos, inativos e beneficiários de pensão, detectados pelo T.C.U como possíveis acumulações de cargos. Foram expedidas 6 (seis) notificações aos servidores envolvidos, solicitando documentos que comprovassem ou não a acumulação.

Através do Ofício nº 208/2012/GAB/SFA/AM, esta Superintendência enviou à TCU/Secretaria de Controle Externo no Amazonas os documentos solicitados. Não foi aberto nenhum procedimento disciplinar, aguardando-se orientações do TCU após o envio dos documentos solicitados.

5.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Segundo informações da chefe da Seção de Gestão de Pessoas SFA/AM, não há indicadores gerenciais e que nos encontros regional ou nacional com as SFA's, em nenhum momento comentou-se a possibilidade de desenvolvê-los.

5.2 Terceirização de Mão de Obra empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas													
UG/Gestão: 130090							CNPJ: 00.396.895/0015-20						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	05/2011	05.417.288/0001-18	01/11/2011	17/03/2013	12	12	-	-	-	-	P
2013	L	O	01/2013	08.697.631/0001-13	18/03/2013	17/03/2014	12	12	-	-	-	-	A
2008	V	O	04/2008	08.342.262/0001-46	30.05.2008	08/08/2014	-	-	12	12	-	-	P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante	
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas	
UG/Gestão: 130090	CNPJ: 00.396.895/0015-20
Informações sobre os Contratos	

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	06/2011	033.325.110/0001-11	07/11/2011	17/02/2014	-	-	1	1	-	-	P
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte:

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Com referência ao contrato de vigilância e copeiragem não houve alteração, no entanto houve mudança de prestadora de serviço de limpeza e conservação em virtude da contratada ter solicitado pedido de encerramento de contrato em razão de falência.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	1	7	7	7	37.932,21
1.1 Área Fim	1	3	2	3	15.808,79
1.2 Área Meio	-	4	5	4	22.123,42
2. Nível Médio	3	4	4	3	17046,42
2.1 Área Fim	3	2	2	2	8.728,96
2.2 Área Meio	-	2	2	1	8.317,46
3. Total (1+2)	4	11	11	10	54.978,63

Fonte: Gestão de Pessoal/SFA/AM

6.GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Legislação que regula a constituição e a frota de veículos é a **Instrução Normativa nº 3, de 15/05/2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Os veículos são utilizados para atendimento aos serviços inerentes a Superintendência. Os veículos são classificados como **veículos de transportes de servidores** e, a frota total de veículos é de **31 veículos**, sendo que desses **21 estão em uso**.

A média anual estimada por quilômetros rodados é de **6.500 km**. A idade média dos veículos em uso é de **7,5 anos**.

Os gastos com a manutenção da frota foi de R\$ 71.474,12 e R\$ 36.723,24 de combustíveis.

Esta Superintendência não possui contrato com empresa para prestação de serviços de transporte.

6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 - AMAZONAS		
	MANAUS	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	PAÍS "n"	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte:

6.2.2 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	02550006435009	BOM	-	22/10/2013	7.868.271,62	369.071,95	7.873,81
Vazios	-	-	-	-	-	-	-
Total			7.868.271,62			369.071,95	7.873,81

Fonte: SMP/SAD/SFA/AM

7 Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

7.1.1 Análise Crítica

Esta Superintendência não preencheu o quadro A.7.1 por não ser de sua competência. O quadro é preenchido pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI e está incluso no Relatório de Gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

8 Gestão Do Uso Dos Recursos Renováveis E Sustentabilidade Ambiental

a. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 		X			
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		X			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
 (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
 (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

a. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
-	-			-		
-	-			-		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	280	1.050 resmas	750 resmas	2.492,00	12.157,00	8.862,75
Água	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	318.600 kwh	389.760 kwh	536.910 kwh	178.655,10	207.238,86	174.007,35
			Total	181.147,10	219.395,86	182.870,10

Fonte: SAD/SFA/AM

Considerações: Em relação ao consumo de energia elétrica tem sido trabalhado junto aos servidores quanto à recomendação de desligar todos os aparelhos disponíveis em salas após encerramento das atividades, substituição de lâmpadas mais econômicas em grande parte do prédio, de uma negociação junto a Amazônia Energia com vista a adequação do consumo interno das instalações físicas da SFA/AM.

9.3 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			25
	Entregaram a DBR			25
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Seção de Gest

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Os servidores entregam formulário com autorização de acesso à Declaração de Ajuste Anual.

9.4 Alimentação SIASG e SICONV

Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **IVANA MARJORIE OLIVEIRA REIS**, CPF nº 284.051.372-20 e **RAIMUNDA COSTA CUNHA**, CPF. 124.163.392-49, agente administrativo e técnico de contabilidade, com exercício na **Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas**, declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Manaus, 31 de março de 2014.

Ivana Marjorie Oliveira Reis
CPF. 284.051.372-20
Agente Administrativo

Raimunda Costa Cunha
CPF. 124.163.392-49
Técnico de Contabilidade

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Toda e quaisquer solicitações, reclamações, denúncias são dadas entradas na Seção de Protocolo da Unidade é endereçada àquele/àquela setor/seção para ser atendida.

Quando o remetente envia diretamente ao Sr. Superintendente, são tomadas as providências devidas com ajuda do setor ou seção relacionado à ocorrência, solicitação, etc.

Esta Superintendência, ainda não adota mecanismo para medir a satisfação dos cidadãos usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade, porém adotará no exercício de 2014 providências para aferir a satisfação provavelmente através de pesquisas de opinião.

11 NFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Esta Superintendência não aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, pois ainda não recebeu orientação do órgão central para tal procedimento.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA FED. DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/AM			130090
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) – Convênios a Aprovar com Data Expirada;</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALA A
CEP 75043-900
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, José Calazans dos Santos CPF nº 150.533.771-20, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA

Confere com o Original
Data: 12/02/14

